



Dar Voz aos Jovens Institucionalizados: As suas perspetivas de integração na sociedade

Dissertação de Mestrado

Diana Ferreira Loureiro

Trabalho realizado sob a orientação de
Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques

Leiria, setembro, 2023

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

“O que seria de nós se não sonhássemos”

(José Saramago, 1982)

Agradecimentos

A realização desta dissertação marca o fim de uma bonita e resiliente caminhada, rodeada de pessoas que diariamente contribuíram para a concretização e finalização desta etapa. Expresso a minha gratidão, a todos que direta ou indiretamente me acompanharam neste percurso.

Aos meus pais, pela força e apoio incondicional,

À minha irmã, por tornar os momentos mais simples e leves,

Ao meu namorado, pelo companheirismo e encorajamento diário,

Ao meu orientador, Professor Doutor José Marques por toda a disponibilidade, orientação e sabedoria ao longo deste percurso,

À Diretora Técnica do Lar Santa Isabel, Conceição Sousa, pela oportunidade, disponibilidade e simpatia como sempre me recebeu na instituição,

Às minhas colegas de mestrado, com destaque para a Mónica, pelos momentos de partilha, apoio e motivação ao longo desta aventura.

A todos, o meu sincero obrigada.

Índice Geral

Resumo.....	vi
ABSTRACT.....	viii
Introdução.....	9
Capítulo I. Enquadramento Teórico.....	11
1. Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	11
1.1 Conceito de Risco versus Perigo.....	11
1.2 Situações de Risco/Perigo.....	13
1.2.1 Fatores de risco e de proteção.....	14
1.3 Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.....	16
1.4 O Processo de Institucionalização.....	17
1.5 Acolhimento Residencial – Medida de Promoção e Proteção da Criança e Jovem em perigo.....	19
1.5.1 Caraterização da situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal..	20
2. Impacto da Institucionalização na Adolescência.....	22
2.1 Adolescência.....	22
2.2 Impacto da Institucionalização no desenvolvimento dos adolescentes.....	24
2.3 Identidade e Projeto de Vida.....	27
2.4 Da (re)construção identitária à mediação intercultural com os jovens institucionalizados.....	31
Capítulo II. Metodologia de Investigação.....	36
1. Objetivos.....	36
1.1 Paradigma de Investigação.....	37
1.2 Estudo de Caso.....	38
1.3 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....	39
1.3.1 Entrevista Semiestruturada.....	39
1.4 Procedimentos e Análise dos Dados.....	41
1.5 Delimitação do Campo de Estudo.....	42
Capítulo III. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	43
1. Para lá da porta de casa... um percurso até à Institucionalização.....	43
1.1 Institucionalização.....	43
1.2 Os momentos mais difíceis na instituição.....	45
1.3 Impacto da Institucionalização.....	48
1.4 O estigma da sociedade associado à institucionalização.....	51

2. Da Institucionalização à Autonomização: a (re)construção de projetos de vida	53
2.1 O Papel da Equipa Técnica na Instituição.....	58
Conclusão	62
Referências Bibliográficas	67
Apêndices	73

Resumo

Nos últimos 16 anos, constata-se uma diminuição de 48% de crianças e jovens em situação de acolhimento, sendo o número de saídas superior ao número de entradas em instituições. Em 2022, foram acolhidas 6347 crianças e jovens, dos quais 65%, ou seja, mais de metade das crianças e jovens encontram-se na fase da adolescência ou início da idade adulta. (Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude, 2022).

Apesar desta diminuição, continua a ser urgente procurar a mudança na sociedade face a esta problemática. Na sua generalidade continuam a existir muitas famílias que falham nas suas responsabilidades colocando a criança ou jovem em situação de perigo, proporcionando que as entidades competentes tenham de intervir para garantir não só a proteção destas crianças e jovens, como também o bem-estar e segurança das mesmas. Além disso, também em contexto institucional é perceptível a existência de lacunas a diferentes níveis que, conseqüentemente, traduzem não só, para trajetórias de vida menos positivas na vida destas crianças e jovens acolhidas, como também, para uma falta de preparação para a integração social destes sujeitos no momento da saída da instituição.

Neste sentido, a presente investigação tem como objetivo fundamental, conhecer de que modo os jovens institucionalizados constroem as suas perspetivas de integração na sociedade e analisar o papel da mediação intercultural neste processo de integração. Ademais, procurou-se também, compreender quais os fatores de risco/perigo que proporcionaram a institucionalização destes jovens, conhecer a perceção dos jovens face ao impacto da institucionalização nas suas vidas, conhecer o processo de construção do projeto de vida dos jovens mediante as suas

narrativas de vida e, compreender o papel da mediação intercultural na autonomização dos jovens institucionalizados.

A presente dissertação apresenta uma abordagem metodológica assente no paradigma interpretativo/fenomenológico, procurando conhecer, compreender e refletir sobre a temática evidenciada, tendo como método de investigação, o estudo de caso. No que concerne às técnicas de recolha de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada devido à sua pertinência neste estudo.

Os resultados revelam que as experiências no acolhimento residencial são complexas e prolongadas, provocando consequências nos diferentes domínios da vida das jovens institucionalizadas. Reconhece-se que as jovens neste estudo são envolvidas nas tomadas de decisão e que as suas expectativas sobre o futuro estão relacionadas com o âmbito académico e laboral.

Acresce o esforço manifestado que a instituição desempenha em proporcionar outras condições e oportunidades na vida destas jovens, mas também se identifica a necessidade de existir mais profissionais em espaços institucionais face ao número de crianças e jovens acolhidos.

A mediação intercultural é apontada como uma ferramenta fundamental para a intervenção com as jovens na sua transformação identitária e integração na sociedade.

Palavras-Chave: Institucionalização; Jovens; Mediação Intercultural; Projetos de Vida.

ABSTRACT

Over the last 16 years, there has been a decrease of 48 % in the number of children and young people in foster care, being the number leaving higher than the number entering institutions. In 2022, 6,347 children and young people were sheltered, of which 65 %, that is, more than half of the children and young people, were in the phase of adolescence or beginning early adulthood (Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude, 2022).

Despite this decrease, there is still urgent to continue to seek change in society to face this problem. In general, there are still a lot of families who continue to fail in their responsibilities, placing the child or young people in dangerous situations, meaning that the competent authorities must intervene to guarantee not only the protection of these children and young people, but also their well-being and safety. Furthermore, also in a institutional context, it is noticeable the existence of gaps at different levels which, consequently, result not only in less positive life trajectories in the lives of these children and young people in care, but also to a lack of preparation for social integration of these people upon leaving the institution.

In this sense, the fundamental objective of the current investigation is to understand how institutionalised young people build their perspectives on integration into society and to analyse the role of intercultural mediation in this integration process. Furthermore, we also sought to understand risk/danger factors that led to the institutionalisation of these young people, to understand the perception of the young people regarding the

impact of institutionalisation on their lives, to understand the process of building the young people's life project through their life narratives and understand the role of intercultural mediation in the autonomy of institutionalised young people.

This current dissertation presents a methodological approach based on the interpretative/phenomenological paradigm, seeking to know, understand and reflect on the highlighted matter, using the case study as a research method. With regards to the data collection techniques, a semi-structured interview was used due to its relevance in this study.

The results reveal that experiences in residential care are complex and prolonged, causing consequences in different areas in the lives of institutionalised young people. It is acknowledged that the young women in this study are involved in decision-making and that their expectations about the future are related to academic and work scope.

In addition, the institution makes an obvious effort to provide other conditions and opportunities in the lives of these young people, but the study also identifies the need for more professionals in institutional spaces, given the number of children and young people sheltered.

The Intercultural mediation is seen as a fundamental tool for intervention with young women in their identity transformation and integration into society.

Keywords: Institutionalisation; Young people; Intercultural mediation; Life projects.

Introdução

As sociedades contemporâneas têm sofrido, ao longo dos últimos anos, mudanças a nível económico, social, cultural, entre outros. As constantes transformações proporcionam cada vez mais perigos e inseguranças na comunidade, sendo que, os grupos vulneráveis são os mais afetados, uma vez que se encontram mais expostos a contextos de risco. Destaca-se com especial atenção o grupo de crianças e jovens que se encontram em contextos familiares retratados pela negligência, maus-tratos, abandono, abusos sexuais, entre outras situações que são estimuladas por contextos sociais associados à pobreza, desemprego, consumo de substâncias psicoativas, entre outras.

A família dos dias de hoje, é vista como um microsistema em que cada elemento ocupa o seu papel funcional, sendo a mesma responsável pelo desenvolvimento, crescimento e bem-estar da criança. Quando este microsistema falha nas suas responsabilidades, isto é, não oferece as condições necessárias para a prestação dos cuidados básicos, de proteção e afeto da criança ou jovem, as entidades competentes são obrigadas a intervir.

A institucionalização surge como uma medida de última instância, sendo uma das respostas encontradas para proteger as crianças e jovens de um contexto familiar problemático. O acolhimento residencial continua a ser o contexto de vida de muitas crianças e adolescentes em Portugal, dos quais, a maior incidência encontra-se na faixa etária da adolescência. Conforme a lei atual, existe um limite temporal na adoção de jovens, isto é, só podem ser adotados jovens com idade igual ou superior a 15 anos. Além desta limitação burocrática, e do facto de ainda terem de lidar com toda uma fase de adolescência que têm diferentes metamorfoses a todos os níveis, estes adolescentes que vivem institucionalizados, são em muitos casos, alvos de preconceitos e excluídos da sociedade por serem rotulados e associados a problemas mentais, a sentimentos de pena e desprezo, a serem vistos como uma ameaça para a comunidade, entre outros.

A investigação que se segue pretende conhecer de que modo os jovens institucionalizados constroem as suas perspetivas de integração¹ na sociedade e analisar o papel da mediação intercultural neste processo de integração. De forma a realizar um estudo mais coeso e aprofundado tendo por base uma metodologia reflexiva, o estudo de caso era o método de investigação que mais se enquadrava para observar, analisar, e compreender o significado da realidade e a interpretação que os jovens institucionalizados, apresentam sobre a mesma.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos fundamentais para a compreensão e reflexão da problemática mencionada. O primeiro capítulo é apresentado em duas partes centrais: a promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, em que são debatidos assuntos associados à temática e o impacto da institucionalização na adolescência que engloba questões sociais relacionadas à mediação intercultural.

O segundo capítulo é dedicado à fundamentação da metodologia de investigação utilizada, aos procedimentos de análise e caracterização do campo de estudo. No que concerne ao terceiro capítulo, é exposta a análise e discussão dos resultados e por último, são desenvolvidas as conclusões finais.

¹ As crianças ou jovens antes de iniciarem o seu processo de institucionalização, assumem uma postura de saber ser e de saber estar mediante a sua realidade na sociedade. A vivência numa instituição, não faz de todo, que estes indivíduos sejam excluídos da sociedade, apenas têm é uma realidade diferente da restante comunidade. O conceito de integração surge numa ótica de inserção dos jovens na sociedade mais abrangente, num contexto de pós-acolhimento em que pelas suas experiências, certamente terão outra postura e perspetivas de vida diferentes.

Capítulo I. Enquadramento Teórico

Neste primeiro capítulo é apresentado a fundamentação teórica do presente estudo. O enquadramento teórico, está desta forma, organizado em duas temáticas centrais: a promoção e proteção de crianças e jovens em perigo que engloba questões associadas à temática e o impacto da institucionalização na adolescência que integra questões sociais ligadas à mediação intercultural.

1. Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

1.1 Conceito de Risco versus Perigo

Quando abordamos as questões inerentes a crianças e jovens que vivenciam um quadro pautado por maus-tratos, negligência, abusos ou outras situações que colocam em causa as diferentes fases da sua vida como a infância ou a adolescência, e o seu bem-estar, não conseguimos distinguir com clareza se são situações de risco ou de perigo. Ambas as realidades são semelhantes, contudo os conceitos são distintos.

A noção de risco remete para uma situação de vulnerabilidade que implica um perigo potencial para a efetivação dos direitos das crianças. A criança ou jovem em risco vive em condições que podem determinar a sua segurança, saúde, educação e moralidade. Delgado (2006, citado em Gonçalves 2020, p. 13), afirma que uma criança ou jovem em risco “é um sujeito em formação submetido a dificuldades de diferentes índole que lhe limitam a possibilidade de alcançar o desenvolvimento físico, afetivo e psíquico que caracteriza, idealmente a dignidade humana”.

O conceito de perigo é definido por Montano (2006, p. 44) como

uma probabilidade séria de dano da segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral da criança (...) quando essa situação é determinada por ação de omissão dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ou resulte da ação ou omissão de terceiros, ou da própria criança, a que aqueles não se oponham de modo adequada a removê-la.

Também a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 de setembro), considera no art.º 3 que uma criança ou um jovem se encontra em perigo quando:

- a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.”

A diferenciação destes conceitos é fundamental para que a intervenção seja direcionada consoante a situação, isto é,

(...) nas situações de risco, a intervenção circunscreve-se aos esforços para a superação do mesmo, através de políticas, estratégias e ações integradas, e numa perspetiva de prevenção primária e secundária (...) nas situações de perigo a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra, nomeadamente, pela aplicação de uma medida de promoção e proteção, bem como, promover a

prevenção de recidivas e a reparação e superação das consequências destas situações (Montano, 2006, pp. 44-45).

1.2 Situações de Risco/Perigo

De acordo com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR, s.d.), há inúmeras situações de perigo para as crianças e jovens, consoante os seus indicadores e os seus requisitos. Neste âmbito, incluem-se situações como, “o abandono”, em que a criança se encontra entregue a si própria, não tendo quem lhe garanta a satisfação das suas necessidades básicas, físicas e de segurança; “a negligência”, em que as necessidades anteriormente explícitas não são asseguradas pelo cuidador responsável não tendo a intenção de causar danos, como se verifica nas necessidades médicas não atendidas, nos frequentes acidentes domésticos, em longos períodos da criança sem supervisão de adultos, entre outros; “o abandono escolar”, remete para todos os que abandonam o ensino básico obrigatório, não se encontrando matriculados em nenhuma instituição de ensino oficial ou cessam a frequência das atividades escolares em idade escolar; “os maus-tratos físicos”, quando um adulto tem uma ação não acidental que provoque na criança danos físicos que não sejam comuns face à idade e à caracterização da mesma, como é o caso das feridas, queimaduras, deslocações, cortes, asfixia ou doenças, ou que coloque em grave risco de os ter como consequência de determinada negligência; “os maus-tratos psicológicos/abuso emocional”, quando as necessidades psicológicas da criança ou do jovem são desvalorizadas, através do rebaixamento, da aterrorização, da privação de relações sociais, dos insultos e da ignorância das suas necessidades emocionais, tendo como exemplo as relações intrapessoais e a sua auto-estima; “o abuso sexual”, quando a criança/jovem é vista como um objeto de estimulação sexual ou quando realiza por obrigação atos sexuais, sendo verificado através de dificuldades motoras, de manchas de sangue na zona genital que não equivalem ao seu desenvolvimento, de acentuadas emoções negativas, da adversidade em encarar o seu próprio corpo, de conhecimentos sobre a sexualidade desadequados para a sua idade, entre outros; “a prostituição infantil e a pornografia infantil”, em que são usados para atividades sexuais renumeradas e para desempenhar atividades sexuais explícitas, através de qualquer meio; “a exploração do trabalho infantil”, quando a

criança/jovem é obrigada a realizar trabalhos com o objetivo de beneficiarem economicamente da mesma, ultrapassando os limites do habitual ou que realizem atividades que deveriam ser executadas por adultos; “o exercício abusivo de autoridade”, este é usado de forma abusiva, prevalecendo os interesses dos detentores em detrimento dos direitos e proteção da criança/jovem; “a mendicidade”, a criança é usada habitualmente para mendigar; “a exposição a modelos de comportamento desviante”, remete para acontecimentos do adulto que potenciam que a criança/jovem tenha padrões antissociais e perturbações no seu desenvolvimento cognitivo e afetivo; “a corrupção de menores”, que vai ao encontro da última situação abordada; “a prática de facto qualificado como crime por criança/jovem com idade igual ou inferior a 12 anos”, são todos os comportamentos que integra a prática de factos punidos pela lei; “o uso de estupefacientes e a ingestão de bebidas alcoólicas”; “os problemas de saúde, nomeadamente doenças físicas e psiquiátrica”; outras situações de perigo, além destas situações mencionadas, todas as que apresentem uma problemática que não conste nos pontos anteriores, são também situações de perigo para a criança/jovem (CNPCJR, s.d.).

1.2.1 Fatores de risco e de proteção

Conforme Montano (2006, p. 46), os fatores de risco e os fatores de proteção são “variáveis individuais, familiares, sociais e culturais que podem ser, respetivamente, fatores inibidores ou facilitadores do adequado desenvolvimento das crianças (...)”. Neste sentido, o surgimento de fatores de risco não são uma causa direta de situações de maus-tratos, uma vez que, existem famílias que evidenciam estes fatores, mas que ainda assim estimam bem os seus filhos. A diferença das consequências dos fatores de risco varia consoante cada família, os seus recursos individuais e sociais.

A família sendo o principal agente de socialização da criança/jovem, tem a responsabilidade e a obrigação de prestar os cuidados básicos, de proteger e de dar afeto à mesma. Como afirma Sousa (2013, p. 7), “(...) é no seio da família que a criança se desenvolve e obtém o suporte que necessita”, quando a família apresenta características disfuncionais, isto é, não tem uma relação com os membros equilibrada, nem estável, origina que a comunicação entre os mesmos seja alterada, proporcionando problemas crónicos no seio familiar. De acordo com Magalhães (2002, citado em Reis, 2009, p. 150),

existem diversos fatores no contexto familiar que causam a ocorrência de maus-tratos, como o caso da:

- “gravidez indesejada;
- família monoparental;
- família reconstituída com filhos de outras ligações;
- família com muitos filhos;
- família desestruturada, em que há situações de violência doméstica, de divórcio entre os pais,
- constante mudança de residência;
- família com dificuldades socioeconômicas e habitacionais, em que, existem situações de pobreza extrema, de instabilidade profissional e de isolamento social”.

Nesta linha de pensamento, também Gomes (2005, citado em Farromba 2013, p. 13), explica que as situações de risco “remetem para uma multiplicidade de fatores que se associam a um ambiente socialmente instável, a condições de vida precárias, a novas formas de vivência e experimentação sexual, a manifestações de intolerância ou a comportamentos marginais”.

Neste seguimento também o papel dos pais enquanto seres individuais, influencia através de diferentes fatores de risco o crescimento e desenvolvimento da criança/ jovem. Surgem situações de baixo nível de escolaridade, de pobreza geracional, de pais em idades precoces não tendo maturidade suficiente para assumir inúmeras responsabilidades, a falta de hábitos de trabalho, bem como, os antecedentes criminais ou os comportamentos aditivos.

Ao abordar esta temática também temos de considerar a criança que apresenta características individuais que podem estar associadas a situações de maus-tratos. Gomes (2010, citado em Almeida, 2016, pp. 8-9) afirma que todas as crianças que têm idade inferior a três anos “são consideradas mais vulneráveis do que outras de idade mais avançada”, tendo os fatores de risco um maior impacto nestas idades. Nestes casos, são associados a fatores de risco, todas as crianças que são descendentes de uma gravidez não desejada, ou de uma mãe jovem que se encontra solteira e sozinha, não usufruindo de

apoios familiares e sociais. Além destes fatores também podemos considerar a existência de incapacidades ou de deficiências, a mudança de comportamentos e o insucesso escolar.

Todas as crianças/jovens, independentemente das suas famílias, têm diferentes dificuldades e desafios ao longo do seu crescimento e desenvolvimento. São muitas as situações de risco e de perigo vivenciadas por estas crianças/jovens que colocam em causa o seu desenvolvimento e bem-estar. Nas circunstâncias em que a família falhe as suas responsabilidades e obrigações, que não seja capaz de assegurar um desenvolvimento equilibrado, estável e com qualidade, as entidades competentes são obrigadas a intervir e a assumir a responsabilidade de garantir proteção e o bem-estar das crianças e jovens. Desta forma, na opinião de Gomes (2010, citado em Pacheco, 2010, p. 12), a intervenção deve incidir na família, através de medidas de proteção que permitam que a criança cresça no seu meio familiar. Contudo, caso essa intervenção não seja bem-sucedida, a intervenção deve ser realizada sem a criança nesse ambiente, aplicando a lei de proteção de crianças e jovens, sendo o desfecho na maioria dos casos a institucionalização.

1.3 Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

Existe uma abundante legislação sobre as crianças e jovens em perigo, sendo pertinente destacar a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro alterada pela Lei n.º 26/2017, de 05 de julho). A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo define como criança ou jovem os indivíduos com menos de 18 anos ou com menos de 21 anos que solicitem a continuidade da intervenção iniciada antes de atingir a maioridade. Além disso, a lei mencionada anteriormente, entra em vigor sempre que haja uma situação de perigo que coloque em causa a saúde, segurança, educação, desenvolvimento integral da criança ou jovem, através de medidas de promoção dos direitos e de proteção adotadas pelas entidades competentes como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que têm o objetivo de garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer tipo de abuso, bem como, de proteger a criança e o jovem em perigo.

Tendo em consideração o artigo n.º 4 da referida lei, para a intervenção ser bem-sucedida é necessário dar importância e obedecer aos 11 princípios orientadores da

intervenção: “Interesse superior da criança e do jovem; Privacidade; Intervenção precoce; Intervenção mínima; Proporcionalidade e atualidade; Responsabilidade parental; Primado da continuidade das relações psicológicas profundas; Prevalência da família; Obrigatoriedade da informação; Audição obrigatória e participação; Subsidiariedade.”

No que diz respeito às medidas de promoção e de proteção é fundamental ressaltar que a lei distingue medidas no artigo n.º 35 a concretizar em meio natural, tais como: “apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento residencial; confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção”, podendo concluir-se que há um longo processo na vida da criança/jovem desde a reintegração da mesma no seio familiar, à institucionalização, sendo esta última a medida mais violenta na vida de uma criança/jovem.

1.4 O Processo de Institucionalização

A institucionalização de crianças e jovens não é um processo recente. Desde a época da Idade Média que fenómenos como o abandono de crianças recém-nascidas eram constantes devido a razões de morte da progenitora no momento do parto, de miséria, da pobreza extrema vivenciada por grande parte da população e pela instabilidade política. (Mota & Matos, 2008). É já no final do séc. XX que Portugal começa a preocupar-se e a debruçar-se com as questões de menores desprotegidos e abandonados, criando a Lei da Infância e Juventude em 1911. Face à crescente evolução, em 1989, as Nações Unidas aprovaram em Assembleia Geral a “Convenção dos Direitos das Crianças” que trouxe alterações significativas para as crianças, proporcionando que as mesmas deixassem de ser vistas como um objeto, mas sim como um sujeito de direito (Pacheco, 2010, citado em Almeida, 2016). Passados 10 anos, surge, em 1999, a já referida Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo com o objetivo de garantir a proteção de todas as crianças e jovens em perigo, bem como o seu desenvolvimento integral.

Em 2007 emerge o Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças com o intuito de implementar medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, possibilitando uma melhoria contínua no que diz respeito à promoção dos direitos e

proteção das crianças e jovens acolhidas. Além de o plano ser centrado nas crianças e jovens e de ser ambicionado como provisório, o mesmo define condições fundamentais para que a elaboração dos projetos de vida das crianças e jovens seja uma prática institucional assumida e para que os mesmos não fiquem acolhidos mais do que o tempo necessário. Ademais, procura estabelecer condições institucionais para que as crianças e jovens vivam em Lar, usufruindo dos seus direitos e tendo garantidas todas as suas necessidades básicas de bem-estar, proteção e desenvolvimento pessoal. Neste sentido, foram aplicadas duas medidas que previam a qualificação dos Lares de Infância e Juventude dotando-os de técnicos com formação para uma intervenção consistente e de qualidade centralizada no interesse superior da criança, tais como: recursos humanos e qualificação da intervenção e dos interventores (Instituto da Segurança Social, 2012).

Na sua generalidade, as crianças e jovens que são negligenciados são encaminhados para instituições como, as casas de acolhimento temporário, casas de acolhimento residencial ou entregues a famílias de acolhimento. Alberto (2003, citado em Marques, 2013), cria uma analogia, definindo as instituições como “imagens de gaiolas” e as crianças e jovens como “pássaros”, afirmando que

(...) cada instituição é uma casa de faz-de-conta, é uma família faz-de-conta, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa de verdade, com uma família de verdade, como têm os outros meninos e meninas (p. 10).

Neste seguimento também Alves (2007, p. 65), explica que a institucionalização “(..) deverá ser a última opção de intervenção social e judicial junto de crianças e jovens em perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições efetivas na família biológica, nuclear ou alargada, para que a criança aí permaneça em segurança”. Reforça também a ideia de que as instituições têm responsabilidades no âmbito da prestação de cuidados de alimentação e de saúde promovendo o desenvolvimento psicológico, físico, cognitivo, emocional das crianças e jovens, bem como, no âmbito de atividades educativas e escolares que são destinadas geralmente aos progenitores. Todos estes cuidados devem ser prestados tendo em consideração a idade da criança e do jovem, o seu género, origens sociais, percursos de vida e características individuais de personalidade (Alves, 2007).

1.5 Acolhimento Residencial – Medida de Promoção e Proteção da Criança e Jovem em perigo

O acolhimento residencial surge como medida de acolhimento, que segundo a Lei nº 164/2019 de 25 de outubro, pretende com a sua execução, a prestação de cuidados e uma adequada satisfação das necessidades físicas, psicológicas, emocionais e sociais das crianças e jovens, favorecendo a sua integração no contexto sociofamiliar seguro, o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral. Em conformidade com o art.º 4 dessa Lei, a concretização da medida de acolhimento residencial segue nove princípios orientadores tais como: “Individualização; Adequação; Normalização; Participação e audição; Privacidade; Intervenção diligente; Preservação dos vínculos parentais e fraternos; Corresponsabilização da família de origem e a Colaboração interinstitucional”. A institucionalização sendo a medida mais drástica na vida de uma criança ou de um jovem, deve ser ponderada e avaliada antes de ser colocada em ação, seguindo diferentes etapas como consiste no art.º 14 da Lei nº 164/2019, “a preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica; elaboração e concretização do plano individual; execução e avaliação; revisão da medida e cessação do acolhimento”.

Além disso, o acolhimento residencial tem lugar em instituições de acolhimento com instalações e equipamentos adequados às crianças e jovens acolhidos e deve ser dotado de recursos humanos permanentes, com habilitações adequadas, de forma a proporcionar os cuidados necessários. Conforme o art.º 11, as casas de acolhimento são instituições de apoio social que devem estar inseridas na comunidade assegurando a resposta a situações que comprometam a segurança e o bem-estar da criança e do jovem. Desta forma, destaco as seguintes unidades residenciais especializadas: Unidade para resposta a situações de emergência; Unidade para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e/ou terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens acolhidas; Unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens, nomeadamente, apartamentos de autonomização;

O acolhimento institucional, neste caso, o acolhimento residencial deve potencializar a satisfação das necessidades básicas, sempre que possível o contacto próximo com a família biológica e proporcionar uma rede de apoio que englobe todas as

instâncias da vida de uma criança e jovem que contribuam para o seu crescimento e desenvolvimento, bem como para o seu empoderamento enquanto indivíduo.

1.5.1 Caracterização da situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal

Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA), registaram-se em Portugal, em 2022, 6.347 crianças e jovens em situação de acolhimento residencial e familiar, destacando-se os Lares de Infância e Juventude em que se encontra a maioria destas crianças e jovens (57,5%). Verifica-se no mesmo relatório que o escalão etário dos 15-17 anos continua a ser o que apresenta o maior número de jovens acolhidos, sendo também na mesma faixa etária que se verificam com maior incidência comportamentos aditivos, dependências e doenças clinicamente diagnosticadas. Além disso, 65% do número total de crianças e jovens em acolhimento encontra-se na fase de adolescência ou no início da idade adulta. Observa-se que relativamente à distribuição por sexo, é predominante o sexo masculino face ao feminino. Neste âmbito podemos também analisar a distribuição das crianças e jovens acolhidos no sistema por distrito:

Maior número de crianças e jovens acolhidos

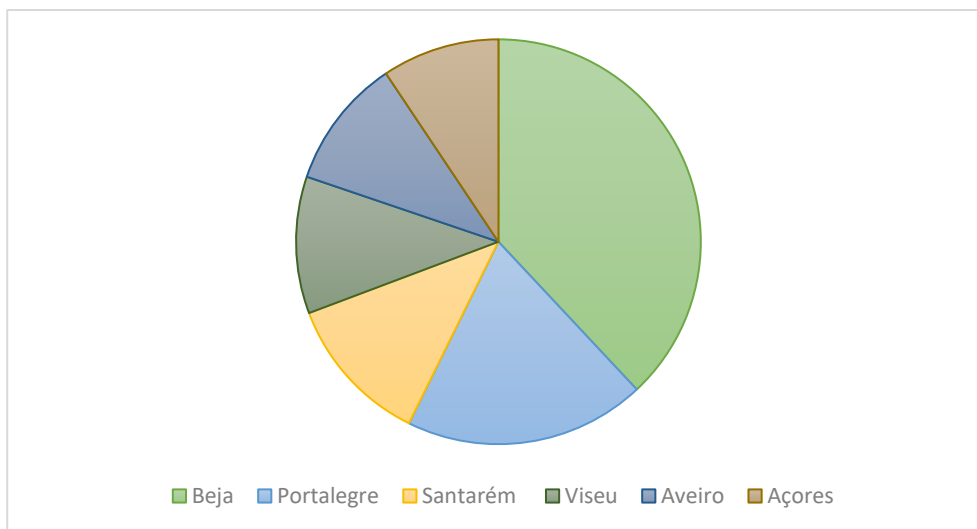
- O distrito de Lisboa com um número total de 1.303 crianças e jovens acolhidos;
- O distrito do Porto com um número total de 1.011 crianças e jovens acolhidos;

Menor número de crianças e jovens acolhidos

- O distrito de Évora com um número total de 87 crianças e jovens acolhidos;
- Os distritos de Portalegre e Viana do Castelo com um número total de 93 crianças e jovens acolhidos;

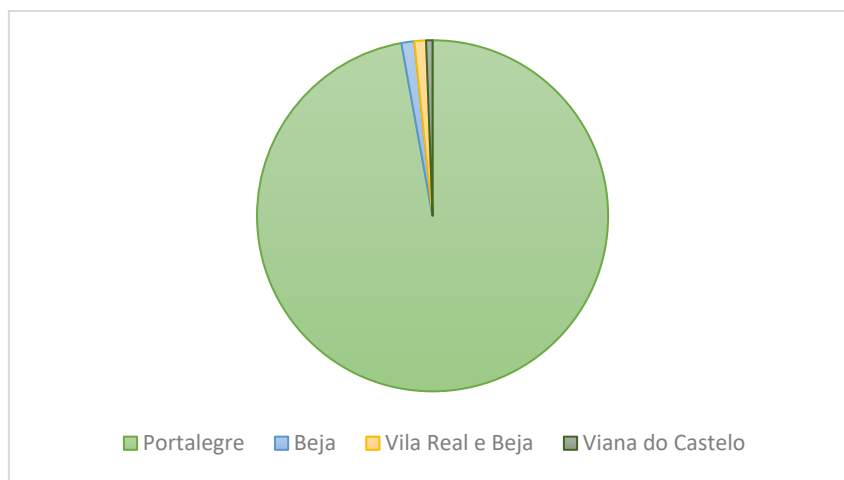
Em comparação do número total de crianças e jovens acolhidos com o número de crianças e jovens acolhidos por faixa etária, constata-se o seguinte:

Valores percentuais mais elevados



- O distrito de Beja com 73% de crianças e jovens dos 12-17 anos;
- O distrito de Portalegre com 37% de crianças e jovens com 18 ou mais anos;
- O distrito de Santarém com 23% de crianças dos 6- 11 anos;
- O distrito de Viseu com 21% de crianças dos 0-5 anos;
- O distrito de Aveiro com 20% de crianças dos 6- 11 anos;
- A região autónoma dos Açores com 18% de crianças dos 0-5 anos;

Valores percentuais menos elevados



- O distrito de Portalegre com 40% de crianças e jovens dos 12-17 anos;
- O distrito de Beja com 10% de jovens com 18 ou mais anos;
- Os distritos de Vila Real e Beja com 9% de crianças dos 6-11 anos;
- O distrito de Viana do Castelo com 5% de crianças dos 0-5 anos;

2. Impacto da Institucionalização na Adolescência

2.1 Adolescência

A adolescência é um período da vida situado entre a infância e a idade adulta caracterizado pelo desenvolvimento físico, psicológico, emocional e social do indivíduo. Segundo Papalia et al. (2006, p. 441), em determinada idade, a criança começa a sofrer mudanças biológicas da puberdade que “(...) resultam em rápido crescimento em altura e peso, mudanças nas proporções e na forma do corpo (...)” fazendo parte de um longo e complexo processo “(...) de amadurecimento que se inicia mesmo antes do nascimento e as suas ramificações psicológicas continuam até à idade adulta”. De acordo com Campos (2012, citado em Vala, 2019, p. 6), a adolescência inicia-se com “(...) as reações psicológicas do jovem às suas mudanças físicas da puberdade e se prolonga até razoável resolução da identidade pessoal.”

Silva et al. (2011, p. 6), definem a adolescência como uma fase “(...) cheia de questionamentos e instabilidade (...)”, caracterizando a mesma por uma acentuada procura da própria identidade, de liberdade, bem como de autoafirmação.

Conforme Erikson (1976, citado em Martins, 2005, p. 129), a adolescência é a fase do ciclo vital fundamental para a construção do “eu” (identidade), através de um conjunto de identificações da infância, com o propósito de integrá-las numa identidade para encarar a vida adulta. A identidade perante o autor é considerada positiva

(...) quando o indivíduo aceita as mudanças que ocorrem consigo nesta fase, quando se desmarca das imagens parentais interiorizadas e em que as suas escolhas

garantem a coerência do eu, principalmente através das opções escolares e profissionais, da polarização sexual e de compromissos ideológicos (...).

Quando os jovens apresentam comportamentos antissociais, o processo de construção da identidade encaminha-se no sentido de uma “identidade negativa”.

Neste âmbito Papalia et al. (2006, p. 68), exploram duas perspectivas teóricas diferentes sobre a adolescência: a psicanalítica – teoria psicossocial de Erikson e cognitiva – teoria dos estádios cognitivos de Piaget. No que concede à teoria psicossocial de Erikson, o processo social e cultural é, segundo a autora, influenciado pelo desenvolvimento do ego ou do eu e abrange oito estágios durante todo o ciclo vital. Desta forma, cada estágio envolve uma “crise” na personalidade, isto é, são questões que surgem em determinado desenvolvimento e que se tornam importantes naquela fase e que continuará a ter uma certa importância durante toda a vida. Ambiciona-se que o jovem adolescente consiga resolver satisfatoriamente a crise “identidade vs. confusão de identidade” (Papalia et al., 2006, p. 70) desenvolvendo uma virtude designada de fidelidade, com o objetivo de ser um adulto com uma identidade saudável que seja valorizada pela sociedade. No que diz respeito à teoria dos estádios cognitivos de Piaget, esta explica que ocorrem alterações qualitativas a nível do desenvolvimento cognitivo da primeira infância à adolescência caracterizado por quatro estádios, evidenciando o estágio “operações formais” que ocorre entre os 11 anos até à idade adulta e é caracterizado pelo pensamento abstrato e pela capacidade de lidar com situações hipotéticas (Papalia et al., 2006).

A transição da infância para a adolescência é também caracterizada por contradições e ambivalências que proporcionam que o adolescente viva permanentemente numa constante entre a necessidade de independência e dependência. Na perspectiva de Tavares (2007, citado em Vala, 2019, p. 6), é nesta fase que os objetivos de vida se integram na maturidade emocional e independência económica, afirmando ainda que a “(...) adolescência implica um processo evolutivo ao longo de três estados de maturação, orgânico, psicológico e social (...)”, sendo que, “(...) cada estado de maturação revela uma fase de transição da criança para o ser adulto.”

Papalia et al. (2006, p. 476) afirmam que

a adolescência é uma época de oportunidades e de riscos. Os adolescentes estão no limiar do amor, da vida profissional e da participação na sociedade adulta. Mas a adolescência também é uma época em que alguns jovens se comportam de maneiras que excluem opções e limitam suas possibilidades.

A adolescência é um processo complexo que se inicia com as alterações físicas e psicológicas e que se prolonga até uma fase de aceitável identidade pessoal. São muitos os jovens adolescentes que têm dificuldades em aceitar regras, não só familiares como sociais e acabam por ter comportamentos de risco, sendo agressivos ou ter estímulos de resposta violentos, comportamentos que, como iremos ver de seguida, podem ser potenciados quando os jovens são institucionalizados.

2.2 Impacto da Institucionalização no desenvolvimento dos adolescentes

A institucionalização de crianças e jovens decorre de um processo de múltiplas falhas no cumprimento das responsabilidades parentais. As situações de adversidades associadas ao abandono, aos maus-tratos físicos ou psíquicos, aos abusos sexuais, à exposição de episódios que coloquem em causa a segurança da criança/jovem, à negligência entre outras situações, proporcionam que a criança ou o jovem sejam retirados das suas famílias e que sejam colocados em instituições de acolhimento temporário ou residencial (Bastos, 2014).

A transição do contexto familiar para o contexto institucional é um processo único para cada criança e jovem e é vivida como uma experiência dolorosa

(...) não só pela separação e rutura com o ambiente conhecido da criança, como pelas adaptações sucessivas a que é sujeita, pela descontinuidade em termos relacionais e de construção de afetos e da sua identidade, e ainda pela estigmatização que, consciente ou inconscientemente marca indelevelmente estas experiências (Teixeira, 2009, p. 50).

Além disso, a chegada à instituição, bem como, a separação do seu meio familiar envolve sentimentos negativos como o medo, a angústia, a perda e a culpa, que segundo Teixeira (2009, p. 50), são disfarçados “(...) sob a capa da indiferença, da rebeldia, da exigência, da raiva ou da violência”.

O processo de socialização é então da responsabilidade das instituições de acolhimento, das quais é esperada segurança, proteção, amor, mas também incentivo, liberdade para que os jovens consigam não só desenvolver as suas potencialidades individuais, como também em grupo. Mota & Matos (2010, p. 245), consideram que “(...) conceber o modo como estes jovens encaram a “nova casa” é fundamental no seu percurso desenvolvimental psíquico e emocional”. Também Teixeira (2009, p. 50), afirma que “a aposta na qualidade destas respostas assume, assim, um papel fundamental na possibilidade de estas crianças terem efetivamente as mesmas oportunidades que as outras crianças (...)”. Neste sentido, também os funcionários das instituições têm um papel de destaque na vida destas crianças e jovens, no entanto nem sempre a relação estabelecida entre ambos é bem-sucedida, isto é, pode assumir algumas dificuldades, derivado não só ao número reduzido de funcionários face às crianças institucionalizadas, como também à falta de funcionários especializados com competências adequadas para lidar com as necessidades de cada indivíduo. Mota & Matos (2010, p. 247) partilham da opinião de que estas dificuldades na relação entre funcionários e crianças ou jovens institucionalizados, se prende “(...) com a despersonalização e falta de disponibilidade pessoal por parte dos adultos, o que inviabiliza a qualidade das relações com os jovens”.

Desta forma, existem diferentes aspetos negativos das instituições que direta ou indiretamente têm impacto no desenvolvimento destes adolescentes. Um dos aspetos a considerar remete-se para o espaço físico da instituição que não possibilita a individualidade

(...) Tudo é partilhado (...) o raio de ação da criança e do jovem é extremamente limitado. Os muros da instituição limitam o mundo do seu possível. Pequeno mundo, fechado sobre si próprio com as suas normas e regras que apenas funcionam nesse nicho (...) prisão que retira as asas e a possibilidade de voar, porque os muros não permitem sequer sonhar com asas e, sem elas, não se pode levantar voo (...) (Teixeira, 2009, p. 70).

Além disso, também as particularidades de cada um não são respeitadas, no sentido em que nem sempre há disponibilidade de igual forma para todos os jovens e, uma vez que, os mesmos vivem coletivamente acabam por ser prejudicados nesse âmbito,

isto é, porque a vivência em grupo pode criar dificuldades na construção de uma autonomia pessoal de cada criança e jovem.

Como referem Hecht & Silva (2010, pp. 15-16),

(...) as instituições apresentam um número elevado de crianças e adolescentes, sem dispor de cuidadores suficientes para assistir de maneira singular cada um deles. (...) falta um olhar individualizado que propicie uma estimulação no desenvolvimento da criança, pois nesta situação, inevitavelmente a criança acaba sendo desqualificada como ser único e sim vista como mais um número ali dentro.

As relações ao serem pouco individualizadas, são instáveis e conseqüentemente superficiais, proporcionando perturbações nas relações com os outros, mas também “(...) com o mundo que os rodeia (...)” (Teixeira, 2009, p. 64). Deste modo, existem lacunas em relação aos vínculos afetivos que foram quebrados ou que não se estabeleceram nas relações primordiais com a família.

Outro aspeto negativo a refletir é o estigma enraizado, associado às crianças e jovens que se encontram institucionalizadas propiciando uma visão negativa da sociedade face a estas crianças e jovens.

Numa síntese geral os aspetos negativos associados à institucionalização, relativamente ao desenvolvimento das crianças e jovens com trajetos de vida divergentes, são nomeadamente: o atendimento ser padronizado e pouco eficiente; o elevado número de crianças e jovens face aos funcionários; a existência de sobrecarga de tarefas nos funcionários; o lado de dentro da instituição é, portanto, compreendido como mais isolado, ou seja, é menos concedível a promover experiências noutros ambientes para estas crianças e jovens e conseqüentemente há uma fraca estimulação cognitiva, sensorial e linguística; a existência de rotinas rígidas, isto é, todos comem ou dormem à mesma hora; as dificuldades acrescidas em criar uma relação de confiança e harmoniosa entre funcionários e as crianças e jovens ou mesmo uma relação entre os pares; entre outros (Teixeira, 2009).

O impacto de todos estes aspetos negativos são evidentes nas crianças e jovens institucionalizados, uma vez que, estes podem apresentar uma diminuição da auto-estima; sentimentos de culpa, medo, revolta; sentimento de perda de identidade familiar; fraca

capacidade na tomada de decisões; dificuldade de integração e aceitação na sociedade; perda da própria identidade pessoal. Ademais, e segundo diversos estudos de investigação, estas crianças e jovens manifestam falta de concentração no trabalho escolar, falta de controlo emocional, isolamento afetivo, o que pode originar situações como a depressão, entre outros.

Por fim, as instituições por mais que ofereçam todos os cuidados necessários, dificilmente proporcionarão a estas crianças e jovens as mesmas oportunidades daquelas que crescem num ambiente seguro e com uma base familiar estabilizada, com relações vinculativas privilegiadas.

2.3 Identidade e Projeto de Vida

Os jovens mesmo aqueles que têm uma estrutura familiar estável e equilibrada, na sua fase de adolescência despertam diferentes emoções e sentimentos, sendo um deles a dificuldade de estabelecer e manter relações significativas com o outro, dado que, não conseguem alcançar recursos fundamentais para gerir uma relação equilibrada com os pais, por exemplo.

Ao vivenciarem falhas nestas relações, é segundo Gonçalves (2020, p. 48), frequente deparar-nos com três quadros, nomeadamente:

- Imaturidades estruturais, isto é, são crianças ou jovens com um “eu” dividido, imaturos, e com dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, ainda que tenham o potencial cognitivo expectável; O facto de não terem grandes exemplos, referências, demonstram algumas lacunas dos progenitores face ao investimento nas relações pais- filhos, como é o caso do “(...) atraso no desenvolvimento e na linguagem (...)”, bem como “(...) problemas de comportamento (...)” (Gonçalves, 2020, p. 48);
- Depressões, varia consoante a história de vida da criança ou do jovem, tendo maior gravidade e duração em certos casos. Os sentimentos como a tristeza, o esmorecimento, o desinteresse, entre outros estão ligados à falta de auto-estima e às inúmeras dificuldades na aprendizagem “(...) ficando inibidas ou até mesmo podendo levar a comportamentos de consumos de

substâncias psicoativas, com falhas na identidade sexual (...)” (Gonçalves, 2020, p. 49);

- Desorganização pré – psicótica, ou seja, são crianças ou jovens confusas, desorientadas e emocionalmente instáveis e perturbadas. (Gonçalves, 2020)

No âmbito da institucionalização, os jovens têm percursos de vida muito vinculados pela negligência, violência, abandono entre outras situações. Nesta fase da adolescência, todas as suas emoções e sentimentos vivenciados ao longo da sua trajetória, são testados, isto é, são confrontados nesta fase com situações que coloquem “ativos”, sentimentos que estavam adormecidos, o que proporciona que o estabelecimento de relações com os outros tenha dificuldades acrescidas.

Além disso, é na adolescência que a percepção de ausência de uma figura de referência é notável. É importante que os jovens consigam obter estratégias de modo a sentirem que são aceites, que merecem receber amor e segurança, bem como, consigam alcançar a sua independência para serem capazes de reconstruir a conceção do seu “eu”. Neste seguimento, é fundamental, a criação de relações com os outros, que possibilitem a afetividade necessária para o seu desenvolvimento criando, desta forma um modelo de referência que promova o seu bem-estar, o aumento da sua auto-estima, que crie um sentimento de pertença mais confiante na sociedade.

Na institucionalização deve ser promovido, através da reflexão, da comunicação, da escuta ativa, um ambiente harmonioso e seguro em que o adolescente experimente novos papéis, explore diversas situações e projete o seu futuro. Desta forma, proporciona que o mesmo, questione, conteste e debata sobre os modelos atuais, ajudando no seu processo de crescimento e da construção do seu “eu”.

As instituições ao estarem disponíveis para estes jovens, tendo em consideração a sua singularidade, facilita que o jovem consiga aceitar o seu passado “(...) permitindo reorganizar o que vivenciou, desencadeando uma motivação e dedicação na exploração de novos interesses” (Gonçalves, 2020, p. 50).

De acordo com Sacristán (2003, citado em Martins, 2019, p. 8), a identidade é uma construção em que se combinam valores, sentimentos e crenças que constitui cada um de nós, sendo a identidade desenvolvida por diferentes contextos sociais em que nos

inserimos. Além disso, Sacristán (2003, citado em Martins, 2019, p. 9) apresenta três perspectivas sobre a identidade: 1) a “Perspetiva Múltipla”, em que observamos o indivíduo como um todo, desde do seu físico ao seu psicológico, bem como este olha para si mesmo; 2) a “Perspetiva Diacrónica”, em que a identidade não é fixa, isto é, evolui, altera-se e transforma-se e, por fim, 3) a “Ponderação Interna”, em que a identidade é observada não só na sua individualização, como também, na interação com meio, envolvendo-se na interação com a construção da mesma.

(...) construção identitária é um processo complexo e contínuo, itinerante à socialização do jovem e, por outro lado à construção do seu projeto de vida. Arquitetar o projeto de vida é colocar a identidade em trânsito, num “gerúndio” como processo de continuidade (Martins, 2019, p. 9).

Na mesma linha de pensamento também Vieira (2016, p. 169) afirma que

(...) construímos o nosso caminho ao caminhar, através das múltiplas experiências em que vamos participando ao longo da nossa existência e vai-se (re)construindo a nossa identidade na medida em que as nossas identificações culturais não são exclusivas nem sempre as mesmas (...).

Desta forma, é necessário compreender que a construção da identidade não é apenas um caminho individual, intrínseco e transformador, mas também é um trajeto coletivo, na medida em que o outro está presente continuamente neste processo de construção. Portanto, a construção da identidade não é estática para toda a vida, alterando-se, reajustando-se, ou transformando-se mediante as diferentes mudanças que vão acontecendo ao longo da trajetória da vida. “O sujeito não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são sempre unificadas em redor de um “eu coerente” (Vieira, 2009, citado em Martins, 2019, p.11).

O projeto de vida assume-se integralmente ligado à construção da identidade, ainda que não sejam sinónimos, isto é, “(...) a identidade refere-se ao desenvolvimento de quem se é, ao passo que o projeto de vida diz respeito ao desenvolvimento do que se espera realizar durante a vida” (Bronk, 2012, citado em Zanon & Freitas, 2015, p. 282).

Neste sentido, uma das perspectivas abordadas por Zanon & Freitas (2015), é que a construção do projeto de vida ocorre de diferentes modos e nas diversas fases de desenvolvimento do indivíduo. Inicia-se na infância, através da convivência familiar; de seguida na adolescência tendo em conta “(...) os avanços cognitivos, afetivos e morais (...)” (p. 288); e posteriormente pelo ponto de vista de projeção futura, isto é, nesta fase é fundamental o projeto de vida, uma vez que pode assumir como “(...) um guia para a vida do indivíduo” (Zanon & Freitas, 2015, p. 288).

Damon (2008, citado em Klein & Arantes, 2016, p.136), assume outro olhar sobre o conceito de projeto de vida, afirma que o mesmo é “(...) um quadro estável e organizado que revela a intenção de realizar algo cujo significado transcende os limites de eu e se relaciona, também, ao mundo”.

Conforme Erikson (1976, citado em Zanon & Freitas, 2015, p. 281), o projeto de vida assume um papel central na orientação do indivíduo e nos seus objetivos, sendo, por isso, um componente fundamental da identidade e do bem-estar individual.

Neste contexto, é na fase da adolescência que surgem novos interesses, decisões, novas relações que se estabelecem, provocando na maioria dos jovens, sentimentos como a ansiedade, medo e insegurança. Nascimento (2006, citado em Bastos, 2014, p. 35), afirma que “o sentido que os adolescentes atribuem aos seus projetos de vida refletem e revelam as relações que estes estabelecem com o mundo. Tanto na educação quanto ao trabalho fundamental na constituição desses sujeitos-adolescentes.”

Por fim, (re)construir o projeto de vida de um jovem que vivenciou fases mais difíceis na sua vida e que se encontra institucionalizado, é um processo complexo, longo e que requer por parte dos profissionais consolidação de estratégias e ferramentas que consigam dar resposta às necessidades de cada um, num trabalho feito lado a lado, um com o outro.

2.4 Da (re)construção identitária à mediação intercultural com os jovens institucionalizados

Como foi analisado anteriormente, a construção, (re)-construção identitária e a construção do self, não são apenas efeito de uma imposição social, mas de múltiplos fatores intrínsecos e relacionais, sendo que todas as transformações que os indivíduos vivenciam surgem de diversos processos de mediação, sejam internas, sejam intrapessoais, ou externas, isto é, interculturais. É fundamental entender que vivemos num contexto social intercultural em que a compreensão e a aceitação das diferenças dos outros sujeitos é importante e não a simples tolerância do outro.

Neste contexto, a construção identitária, de acordo com Vieira (2011, p. 61), ocorre “(...) através de um processo de metamorfose cultural, que, não são raras vezes, coloca as pessoas numa encruzilhada reflexiva (...)”. A auto-reflexão que pode derivar de questões duvidosas (o que sou? De onde venho?), proporciona que seja criada uma análise intrínseca, que permite pensar na sua cultura de origem e na sua cultura de chegada, provocando não só uma aprendizagem como também uma transformação, dando-se assim uma metamorfose do self (Vieira, 2011, p. 61).

Vieira (2009, p. 39), apresenta dois modelos da metamorfose cultural extremista. O modelo oblativo refere-se aos indivíduos que rejeitam as origens socioculturais “(...) não faz, explicitamente, a ligação entre as duas margens, o rio separa as duas culturas, não há continuidade entre ambas” e o modelo trânsfuga intercultural que remete para o sujeito que recebe o novo, não rejeitando o velho, isto é “(...) incorpora no seu universo pessoal a aquisição cultural que dá dimensão à cultura de origem, mas que não aniquila nem substitui. Antes sim, dá-lhe uma terceira dimensão, resultante da integração comparativa entre o nós e o ele” (Vieira 2011, p. 66).

A identidade de cada indivíduo é, como já analisado, construída e (re) construída, numa criação de um terceiro instruído, tratando-se assim de uma nova dimensão de interação social e pessoal em que segundo Vieira (2014, citado em Costa et al., 2018, p. 213), “1 e 1 = 3”, ou seja, a identidade apresenta um carácter reflexivo, inacabado, completo em que “(...) o todo é mais que as partes que a compõem, que é intrínseca e única em cada indivíduo, é heterógena, mutável e mestiça (...)”. A construção da identidade, integra as experiências passadas e presentes, com o intuito de dar uma direção

ao futuro, sendo uma definição infundável de nós próprios, com diferentes questões reflexivas que proporcionam que o processo seja complexo, causando, em alguns casos, crises existenciais. Vieira (1999, citado em Costa et al., 2018, p. 213), afirma que “(...) a identidade é única e é o que define cada sujeito mesmo relativamente em relação aos mais próximos pessoal e culturalmente porque as pessoas querem, ao mesmo tempo, ser iguais e diferentes”. Promover a diferença em vez de a condenar, significa procurar cooperar com a aceitação da diferença. Torremorell (2008, p. 81) considera que a missão da mediação “(...) é exatamente a de servir de ponto de encontro daqueles que são diferentes sem cair na tentação de os homogeneizar”.

Desta forma, a mediação intercultural é fundamental para a mudança social, para a inclusão, para a coesão social, como também, para a transformação do sujeito na (re) construção do eu e do nós. Neste sentido, Six (1990, citado em Vieira & Vieira, A, 2016, p. 29), afirma que a mediação sempre existiu “(...) sempre houve, nas tribos, ou nas povoações, sábios a quem se recorria com toda a naturalidade, que traziam sossego às pessoas diferentes, seres que eram alicerces da fraternidade”. A mediação do ponto de vista de Vieira & Vieira, A (2016, p. 27), “(...) é uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais”.

Costa et al. (2018, p. 214) definem a mediação como,

(...) uma forma de intervenção que poderá ser realizada em diversas áreas, desde a vida pessoal dos sujeitos à vida profissional, com o intuito de proporcionar oportunidades para a tomada de decisões pelas partes em questão, utilizando técnicas que auxiliam a comunicação no tratamento das situações concretas entre os envolvidos de forma construtiva e interativa.

Ao abordarmos o conceito de mediação é necessário compreender que existem diferentes tipos do mesmo, nomeadamente: a comunitária; a sociopedagógica; a familiar; a laboral e jurídica e a intercultural, da qual podemos destacar um novo paradigma que assenta na prevenção, reabilitação, transformação, autonomização, entre outras. Desta forma, podemos identificar segundo Cohen- Emerique (1997, citado em Vieira & Vieira, A., 2016, p. 50), três modalidades: a mediação preventiva, a que resulta da prevenção do conflito, através da comunicação e da compreensão; a mediação reabilitadora que atua na

resolução de conflitos e a mediação transformadora que supõe um processo criador que alcance novos modos de relação compartilhados.

Neste âmbito, Torremorell (2008, p. 70), identifica diferentes níveis de mediação tendo em consideração as dimensões relacionais do sujeito, nomeadamente: “a mediação como formação integral (intrapessoal); a mediação como processo que veicula convivência (interpessoal); a mediação como coeficiente de coesão (intragrupal); a mediação como nó de intercomunicação (intergrupal) e a mediação como cultural (social)”.

Numa primeira abordagem, a mediação como formação integral é a mais próxima do sujeito, que permite a transformação do mesmo, mediante a própria aprendizagem, da reflexão, da introspeção, das experiências, de comportamentos, etc. Torremorell (2008, p. 72) refere que “(...) o processo mediador implica reencontro, reconhecimento, reconstrução, revalorização (...) a autoestima, autoconceito, compreensão e expressão de sentimentos, empatia, escuta ativa, pensamento criativo, reflexivo e crítico marcam agora presença e conformam um trabalho autodirigido (...) a nós próprios”. Interiorizar e criar uma identidade não violenta é um processo que requer disponibilidade, tempo e permanência, uma vez que, nem sempre existe essa abertura para aprender a ser.

Numa segunda instância, a mediação como processo que veicula a convivência, aborda a ideia da nossa relação com o outro, seja no contexto familiar, laboral ou neste caso no contexto de instituição de acolhimento. Quando convivemos diariamente com as mesmas pessoas, aquelas que nos são mais próximas, é natural a existência de conflitos, devido à saturação que se vai acumulando, sendo necessário não só uma mediação perante o conflito, como também, uma mediação promotora de convivência. “(...) a mediação como processo veicular de convivência, atua como construtora de pontes entre as pessoas, ao contrário das normas e das leis, que se preocupam apenas em descrever condutas aceitáveis, ou não, e de as penalizar em seguida” (Torremorell, 2008, p. 73).

A mediação como coeficiente de coesão, refere-se aos vínculos que se estabelecem entre as pessoas que têm o mesmo grupo, seja ele formal ou informal. Esta mediação promove a cooperação, o crescimento, e a evolução enquanto grupo. “A mediação atua no seio dos grupos como coeficiente de coesão que, surpreendentemente,

estimula a dissensão, o debate reflexivo e o questionamento das dinâmicas instauradas” (Torremorell, 2008, p. 74).

Nesta continuidade, a mediação como nó de intercomunicação, manifesta-se entre diferentes grupos, em que cada sujeito atua individualmente, mas também enquanto membro do grupo surgindo, só por si, conflitos. “A mediação facilita o funcionamento conjunto e efetivo, estimulando o intercâmbio, tendo em vista a democratização da tomada de decisões e promovendo, por conseguinte, uma verdadeira participação que aglutina em vez de dividir” (Torremorell, 2018, p. 75).

Por fim, a mediação como cultural, remete-nos para uma mediação a nível internacional, isto é, ao existirem diferentes culturas, diferentes modos de estar e de pensar é cada vez mais necessário ver a mediação social como fundamental para um mundo com mais respeito e paz, “substituir a cultura da confrontação e do litígio pela da mediação e do consenso vai de encontro aos ideais de paz (...)” (Torremorell, 2008, p. 75).

Compreendemos desta forma que existem não só vários tipos de mediação como diferentes níveis que são transversais a todos os indivíduos, grupos, profissões, culturas, etc. Riera & Sarrado (2000, citado em Torremorell, 2008, p. 64), afirmam que a mediação “(...) de inegável conteúdo metacognitivo, não é propriedade exclusiva de nenhuma profissão nem disciplina (...)”, ou seja, independentemente da formação base de o interventor social, da área em que exerce ou da função que desempenha, deve executar a sua profissão tendo por base a mediação, intervindo através do diálogo, do empoderamento, da escuta ativa, entre outras.

Vieira (2012, citado em Costa, 2017, p. 38), considera a intervenção mediadora socioeducativa

(...) uma filosofia de ação social que aposta numa política não monolítica, em que há apenas um ponto de vista, o lugar de quem fala, mas, antes, numa filosofia que aposta na negociação entre as partes que não são só as partes de um conflito terminal.

Há inúmeras formas de intervenção em trabalho social, uma vez que, cada interventor social tem a sua própria identidade, valores, crenças, vivências e experiências

que, no seu conjunto, criam o seu background cultural. Neste seguimento, a intervenção distingue-se em dois eixos: direta e indireta. A direta diz respeito à intervenção que envolve diretamente o trabalhador social com o sujeito, sendo ambos atores no processo. A indireta é toda a intervenção que não envolve o sujeito, ou seja, há ausência do mesmo, sendo neste caso, o interventor o único ator do processo que trabalha para o sujeito e não com ele.

Robertis (2011, p. 142), destaca seis tipos de intervenção direta: Acolher-apoiar-acompanhar; Informar-orientar-educar; Persuadir-influenciar; Controlar-exercer autoridade; Relacionar-criar novas oportunidades; Estruturar uma relação de trabalho. O mesmo autor evidencia cinco tipos de intervenção indireta: a organização e a monitorização social; a conclusão de projetos em trabalho social com grupos; a intervenção na envolvente da pessoa; a colaboração entre trabalhadores sociais; as intervenções ao nível dos organismos sociais. Ambas as intervenções têm a sua importância, uma não funciona sem a outra, toda a intervenção que é feita no terreno deve ter a sua continuidade, mesmo quando o sujeito está ausente, é necessário o trabalho de planear, de elaborar projetos e de reajustar estratégias consoante as necessidades de cada um. De um modo geral é fundamental existir um equilíbrio entre as duas intervenções.

No mesmo âmbito, Carmo (2002, p. 12), caracteriza três diferentes dimensões da intervenção com as crianças e jovens institucionalizados: dimensão assistencial; dimensão sócia-educativa e dimensão sociopolítica. A dimensão assistencial, remete para a satisfação básica das necessidades básicas; a dimensão sócia-educativa assenta na socialização do sujeito, auxiliando na descoberta de estratégias, de recursos e na capacidade de os colocar em prática; e a dimensão sociopolítica remete para o apoio dos direitos e a sua proteção, respetivamente.

Por fim, o mediador deve ver “além da ilha”, deve observar, compreender, experienciar a vivência do outro, pois só assim consegue conhecer e relacionar-se com o outro. Esta criação de laços, permite que o processo de mediação seja mais próximo, uma vez que, existe não só uma relação de confiança como também de reconhecimento e aproximação entre as partes, promovendo a diminuição do distanciamento entre o mediador e os mediados, possibilitando que todas as partes envolvidas no processo, participem de forma voluntária e ativamente, usufruindo de momentos de aprendizagem,

mas principalmente de momentos de transformação positiva, isto é, que consigam a sua capacitação, a sua autonomia e o seu empowerment.

Torremorell (2008, citado em Vieira & Vieira. A, 2016, p. 29), afirma que “(...) não deduzimos que os processos de mediação, por si só, venham a construir a ponte social para um futuro mais humanizado, mas sim tais processos, talvez assentem uma das pedras que nos ajudarão a cruzar o rio em ambos os sentidos”.

Capítulo II. Metodologia de Investigação

O presente capítulo, descreve a metodologia de investigação aplicada neste estudo. Numa primeira fase são expostos os objetivos definidos através da problemática de investigação, bem como identificadas as questões centrais que estão na origem deste estudo.

Num segundo momento são abordadas as opções metodológicas, selecionadas em função do paradigma de investigação adotado. Numa terceira fase, procede-se à delimitação do campo de estudo.

1. Objetivos

A lei atual impõe limites à adoção de jovens com idade igual ou superior a 15 anos, o que cria dificuldades particulares a estes jovens institucionalizados. A preferência, no processo de adoção, por crianças mais novas, resulta na exclusão de adolescentes que gostariam de se integrar numa nova família. Além disso, esta limitação gera desafios acrescidos para estes adolescentes, uma vez que, não têm a oportunidade de ter uma família estável e segura, proporcionando que situações de grande vulnerabilidade continuem a aumentar entre os jovens que enfrentam estas idades.

Face a esta problemática, esta investigação tem como objetivo geral: conhecer de que modo estes jovens institucionalizados constroem as suas perspetivas de integração na sociedade, bem como, analisar o papel da mediação intercultural neste processo de

integração. No sentido de responder às questões centrais da investigação, concretizam-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender os fatores de risco/perigo que proporcionaram a institucionalização destes jovens;
- Conhecer a perceção dos jovens face ao impacto da institucionalização nas suas vidas;
- Conhecer o processo de construção do projeto de vida dos jovens mediante as suas narrativas de vida;
- Compreender o papel da mediação intercultural na autonomização dos jovens institucionalizados;

1.1 Paradigma de Investigação

A presente investigação apresenta uma abordagem metodológica assente no paradigma interpretativo/fenomenológico, que se caracteriza por procurar compreender as intenções, bem como as “(...) significações, crenças, opiniões, perceções, representações, perspetivas (...) que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem” (Amado, 2013, pp. 40-41). Neste sentido, este paradigma pretende estudar a interpretação dos fenómenos através da perspetiva dos sujeitos, isto é, tenciona conhecer o que na realidade faz sentido e como faz sentido para os investigados (Amado, 2013, p. 41), tornando-se um aspeto central deste paradigma.

A investigação sendo elaborada, através de uma abordagem qualitativa, permite que o investigador

Tratan de comprender a las personas dentro del marco de referencia de ellas mismas. Para la perspectiva fenomenológica y por lo tanto para la investigacion cualitativa es esencial experimentar la realidade tal como otros la experimentan (Taylor & Bogdan, 1994, p.21).

A adoção de uma metodologia compreensiva tem, segundo Poupart (1997, citado em Guerra, 2006, p. 10) vantagens de diferentes ordens, nomeadamente

(...) de ordem epistemológica, na medida em que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da ação.

Desta forma, a investigação qualitativa tem como princípio a flexibilidade, uma vez que, o investigador adota uma abordagem compreensiva, estando receptivo a novas descobertas e mudanças ao longo do processo de investigação

(...) é, então, como que uma “fusão de horizontes”, já que, consciente das suas ideias pré-concebidas - o seu “horizonte” -, o investigador busca incessantemente o conhecimento abrindo a “sua” a outras perspectivas (outros horizontes) que com ele se fundem, completam e expandem (Coutinho, 2014, p. 18).

Posto isto, a abordagem metodológica mais adequada a este estudo é a qualitativa, uma vez que, segundo Ramos (2005, p. 111), “(...) favorece a colaboração entre o investigador e os participantes na investigação, pode incluir a perspectiva dos participantes acerca da realidade estudada e é sensível ao estudo dos processos que conduzem a determinados resultados (...)”. O investigador estabelece através da interação com os sujeitos, o instrumento que melhor lhe permite compreender, analisar e refletir sobre toda a informação recebida, permitindo que desenvolva uma interpretação da realidade, bem como dos significados que os indivíduos dão às suas experiências.

1.2 Estudo de Caso

No paradigma interpretativo/fenomenológico, destaca-se como um método de investigação da pesquisa qualitativa, por exemplo, o estudo de caso. O estudo de caso permite a compreensão aprofundada de um caso específico, através da análise de diversas técnicas, nomeadamente das entrevistas, da observação e de documentos (Yin, 2001, p. 27). Além disso, assume diferentes características como afirmam os autores Meirinhos & Osório (2010, p. 52), “(...) o seu carácter holístico, o contexto e a sua relação com o estudo (...) e o seu carácter interpretativo constante”.

Deste modo, o estudo de caso orienta-se

(...) para uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objetivo não é o de representar o mundo, basta a representação do caso. Aliás um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir (Pais, 2001, citado em Farromba, 2013, p. 68).

Bogdan & Biklen (1992, citado em Aires, 2015, p. 21) explicam que o estudo de caso “consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou acontecimento.”, isto é, torna-se num método favorável quando a intenção é explorar a perspectiva de cada sujeito direcionando-se para a interpretação dos significados que os sujeitos concedem às suas experiências.

Neste sentido, Colás (1992a, citado em Aires, 2015, p. 22) assume o estudo de caso como um método que desempenha

um papel essencial quando se pretende gerar juízos de transferibilidade, responde mais adequadamente à conceção de múltiplas realidades, aludindo às interações entre investigador e contexto e de outros factos que possam ocorrer ao longo da pesquisa, e finalmente, facilita a comunicação entre os participantes, alimentando o intercâmbio de perceções.

Em síntese, o método do estudo de caso utilizado nesta investigação, pretende analisar através da entrevista semiestruturada a perspectiva de cada jovem mediante as suas vivências.

1.3 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

1.3.1 Entrevista Semiestruturada

Em conformidade com o paradigma anteriormente referido, a recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, que segundo Sá et al. (2021, p. 32), continuam

(...) a revelar potencialidades no estudo de uma panóplia de situações e comportamentos do estudo dos fenómenos educativos e sociais. Questões de fundo relacionadas com o estudo do comportamento humano, fenómenos ocorridos no

passado, que digam respeito à morosidade, a aspetos deontológicos (intimidade e privacidade dos indivíduos).

A escolha desta técnica resulta não só da sua pertinência face ao objeto de estudo em causa, como também permite uma flexibilidade na abordagem com o sujeito, assente numa maior compreensão e profundidade dos temas abordados. Laville & Dionne (1999), citado em Nunes et al. (2016, p. 148) vão ao encontro deste pensamento, afirmando que

A entrevista semiestruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores.

Além disso, a entrevista possibilita “(...) obter e recolher dados cujo principal objetivo é compreender os significados e sentidos que os entrevistados atribuem a determinadas questões e/ou situações” (Morgado, 2013, citado em Sá et al, 2021, p. 25), bem como, proporciona que o entrevistador obtenha informações singulares e consistentes de cada entrevistado.

Neste seguimento, é fundamental estabelecer um guião de entrevista aberto e flexível que reúna várias questões a serem colocadas “(...) em jeito de recordatória, mas deixa que a formulação ou a ordem das perguntas flua no decurso da entrevista, permitindo a livre expressão do entrevistado (...)”, procurando que o sujeito “(...) exprima o seu ponto de vista nos seus próprios termos” (Marques et al., 2016, p.145).

Nesta investigação, realizámos entrevistas semiestruturadas dirigidas a jovens institucionalizados em contexto de acolhimento residencial na cidade de Leiria, com base num guião que orientou nas questões a serem colocadas. A realização das entrevistas foram concretizadas numa divisão do Lar de Santa Isabel, nomeadamente, na sala de estudo, com acesso restrito ao investigador e às jovens, garantindo que o espaço fosse neutro, seguro e confortável para as jovens, permitindo que além de proteger a confidencialidade das mesmas, não existisse interrupções de outras pessoas durante a entrevista.

1.4 Procedimentos e Análise dos Dados

Para a execução desta investigação, foi necessário num primeiro momento estabelecer um contacto via email, com a diretora técnica da instituição, a fim de compreender se era exequível a colaboração das jovens para a concretização deste estudo. Posteriormente, realizou-se duas visitas à instituição: na primeira visita em fevereiro de 2023, a intenção era conhecer o espaço e o ambiente em que as jovens estavam institucionalizadas, bem como conversar com a diretora técnica com o objetivo de explicar não só o que pretendia com a realização deste estudo e os requisitos do mesmo (idade mínima de 15 anos), como também, compreender o funcionamento da instituição e organizar o agendamento das 6 entrevistas semiestruturadas.

A construção de um guião de entrevistas permitiu orientar e facilitar a realização das entrevistas, ocorridas presencialmente e gravadas por áudio, em abril de 2023, num espaço disponibilizado pela instituição, estando localizado num ambiente sereno e silencioso. De seguida, procedeu-se à transcrição das entrevistas e à análise da mesmas.

No tratamento dos dados recolhidos aplicou-se a técnica da análise de conteúdo, tendo esta como finalidade a sistematização da informação, apresentando duas dimensões, a dimensão descritiva e a dimensão interpretativa. Conforme Bardin (1979, citado em Guerra, 2006), o tratamento do conteúdo é variável podendo agrupar-se em: categorial; avaliação; enunciação e expressão. Numa primeira fase, devido à extensão dos discursos das entrevistadas, criou-se um quadro de categorias, de forma a organizar mais sucintamente o conteúdo. Num segundo momento, procedeu-se através da análise de conteúdo categorial, à seleção e interpretação da informação, e posteriormente, à descrição da mesma.

A categorização dos dados, além de permitir a observação e interpretação das diferentes realidades de um modo mais sistémico, também proporcionou que se encontrassem semelhanças e diferenças nas narrativas dos sujeitos. De um modo geral, a análise de conteúdo, possibilitou destacar os aspetos mais relevantes de cada categoria, facilitando todo o processo de apresentação dos resultados obtidos, à posteriori.

1.5 Delimitação do Campo de Estudo

O Lar de Santa Isabel, tem capacidade para acolher 40 crianças e jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 e os 23 anos. Mediante a problemática da investigação e dado à limitação do estudo, a população alvo foi selecionada de forma intencional. O critério de seleção foi nomeadamente, as jovens terem idades iguais ou superiores a 15 anos, ou seja, idade em que já não podem ser adotadas.

De forma a manter o anonimato e a privacidade de cada jovem, todas serão identificadas ao longo do estudo com E1, E2, E3, E4, E5 e E6 e a sua idade, respetivamente. Além disso, antes de cada entrevista foi dado a conhecer o consentimento informado que explicava o envolvimento das jovens na investigação salvaguardando a sua privacidade e anonimato, sendo os dados confidenciais e usados apenas para este estudo. Solicitava também, o seu consentimento de forma voluntária, bem como a autorização da gravação da entrevista por áudio.

No que diz respeito à área demográfica, todas as jovens entrevistadas residiam em concelhos do distrito de Leiria. Em termos escolares, todas as jovens estão inseridas na comunidade escolar, sendo que, duas jovens frequentam o terceiro ciclo de escolaridade, uma o 8º ano e outra o 9º ano; uma jovem frequenta o ensino secundário (10º ano) e as restantes jovens frequentam o ensino superior, das quais, uma delas encontra-se no 1º ano de TESP em Gerontologia, outra encontra-se a finalizar a licenciatura em Marketing e a outra está a finalizar o mestrado na área da educação.

No que diz respeito à vivência noutras instituições, quatro jovens afirmam que o Lar de Santa Isabel é a sua primeira experiência de institucionalização, enquanto, apenas duas jovens já residiram noutras instituições. No que concede ao tempo de vivência na instituição: uma jovem reside desde os 18 meses de idade; duas jovens residem há cinco anos; uma jovem reside há 11 anos, encontrando-se até à data num apartamento de autonomização; uma jovem reside há 6 meses e outra jovem reside há 11 meses.

Capítulo III. Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste terceiro capítulo são expostos os resultados com a finalidade de responder aos objetivos previamente definidos para esta investigação. Neste sentido, à medida que os resultados vão sendo apresentados, são sustentados com fundamentação teórica ao longo de todo o discurso.

1. Para lá da porta de casa... um percurso até à Institucionalização

1.1 Institucionalização

Strecht (2012, citado Soares, 2022, p. 46) afirma que “sair do conforto da sua casa e ir viver para uma instituição por um período de tempo indeterminado, constitui uma mudança drástica na vida de qualquer humano (...)”. Como abordámos anteriormente, são diversas as situações de perigo em que as crianças e os jovens estão expostas e que interferem diretamente ou indiretamente na sua construção identitária. Nesta categoria, procurou-se conhecer o processo de institucionalização de cada jovem desde os fatores que proporcionaram a sua saída de casa, à sua experiência na institucionalização.

Neste sentido, após a análise das entrevistas, verifica-se que os principais motivos para a institucionalização destas jovens são diversificados: duas jovens sofriam de negligência grave; duas jovens sofriam de maus-tratos físicos/e ou psíquicos, sendo que uma delas também apresentava suspeita de abusos sexuais; duas jovens estavam sujeitas de forma direta ou indireta a comportamentos que influenciavam gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional, das quais, uma delas, além do abandono escolar, ainda assumia comportamentos ou entregava-se a atividades ou consumos que afetavam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais ou o representante legal se opusessem de modo adequado a remover essa situação.

Algumas das jovens evidenciaram de forma geral, os motivos da sua institucionalização.

“(...) não tinha condições e porque faltava às aulas também.” (E3, 16 anos)

“(...) negligência e isso” (E2, 20 anos)

“(...) eu estive ausente da escola durante um ano (...)” (E5, 15 anos)

Curiosamente, uma das entrevistadas que sofreu de maus-tratos físicos, relatou que foi uma decisão dela vir para a instituição.

“(...) porque fui eu que escolhi vir para aqui.” (E6, 17 anos)

A institucionalização de crianças e jovens ocorre de falhas no cumprimento das funções parentais. Com a análise das entrevistas e através da diversa literatura é possível compreender que os principais motivos que desencadeiam a retirada da criança ou jovem à família, são resultantes de situações pautadas pela negligência, pelos maus-tratos físicos e psicológicos, pelo abandono escolar e pelos múltiplos fatores de ordem individual, económica, social, psicológica, familiar, entre outros.

A institucionalização é uma das respostas encontradas para proteger e retirar as crianças e jovens de um contexto familiar destruturado que não oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das mesmas. Desta forma, é necessário garantir a recuperação psicológica e física e para isso, é essencial uma maior eficácia no sistema, seja na qualificação das respostas sociais, como também ao nível das práticas e dos modelos de organização e intervenção da instituição.

A instituição assume um papel de grande responsabilidade em diversos fatores na vida destas crianças e adolescentes, nomeadamente, a nível da saúde, da educação englobando a escolar, do social, do jurídico, entre outros; possibilitando desta forma, fornecer o suporte mais adequado às necessidades individuais de cada uma e promover o seu desenvolvimento em todos os aspetos, anteriormente mencionados.

No que concerne à opinião das entrevistadas sobre a sua vinda para a instituição, identificámos que a maioria considera essa experiência como algo bom que lhes aconteceu na vida.

“Eu acho que foi uma coisa boa porque me permitiu oportunidades que eu nunca ia ter e tirou-me de uma situação de risco” (E1, 23 anos)

“Sinceramente, foi a melhor coisa que me aconteceu. Se não fosse a instituição, estava perdida.” (E2, 20 anos)

“Eu acho que foi, pelo menos para mim, uma das melhores coisas, porque me fez crescer também e fez-me perceber que ao faltar às aulas estava a perder muita coisa e também tinha muitas capacidades que eu nunca aproveitava e isto aqui também dentro, fez-me perceber que eu podia estudar e ter o meu futuro como eu queria e bem me apetecia e escolher as minhas próprias coisas.” (E3, 16 anos).

“Eu quando vivi no Ensaio ²4 anos e meio, era um meio muito mais pequeno, tinha 14 crianças e de repente venho para o lar e são 40 adolescentes jovens, mas acho que sim, na altura foi muito difícil a adaptação porque foi uma mudança muito grande, mas foi das melhores coisas que me podia ter acontecido, porque senão não tinha o curso que tenho, nem era a pessoa que sou de certeza absoluta.” (E4, 22 anos)

Duas das jovens entrevistadas apresentam uma opinião diferente sobre a sua vinda para a instituição.

“Não sei, por um lado foi bom, mas por outro preferia ter ficado lá com o meu pai.” (E5, 15 anos)

“Estou com grande arrependimento, uma pessoa quando vem para aqui, pensa que tipo, as coisas aqui são incríveis, mas não são, são péssimas, a falar a sério. (...)” (E6, 17 anos)

Esta dualidade de opiniões nos extratos anteriormente expostos, reforçam a ideia de que apesar do fator comum entre todas as jovens que desencadeou o processo de institucionalização, cada uma delas, vivencia a sua entrada e experiência na instituição, de forma única e diferente.

1.2 Os momentos mais difíceis na instituição

A ida de uma criança ou de um jovem para uma instituição é um processo complexo, porque implica não só deixar o seu contexto familiar, como também ter de lidar com a sua vulnerabilidade, muitas vezes, criada pelas situações de perigo. “De facto, os afetos de perda, solidão e vazio são sempre os mais complicados de lidar e quando sentidos em relação aos Pais podem levar a uma verdadeira «ansiedade impensável»” (Strecht 2000, citado em Silva, 2016, p. 56).

² Para salvaguardar a anonimidade, optou-se por apresentar um nome fictício.

A nova realidade de integração numa instituição pode ser na maioria dos casos, desafiadora, não só porque a criança ou adolescente enfrenta múltiplos obstáculos, como também porque estão expostos a uma rutura de realidades e a novas dinâmicas. A transição para a instituição, carece sempre por parte da criança ou do jovem de uma adaptação e integração a um meio novo, igualmente social ainda que com as regras, estatutos e funções diferentes das que vivenciaram até então. Além disso, também os pares que já se encontram em contexto institucional podem sentir inseguranças, receios e medos no que diz respeito à chegada de uma nova pessoa e, conseqüentemente, do seu comportamento na instituição.

Desta forma, a convivência entre pares torna-se um desafio neste contexto. Se, por um lado, é positiva e vantajosa para o desenvolvimento afetivo e de vinculação destas crianças e adolescentes, por outro, pode tornar-se negativa quando confrontada por situações de maior conflito. A interação com o outro, por si só não é fácil, sendo que em contexto institucional agrava-se, isto é, a probabilidade da existência de conflitos aumenta, como testemunham os extratos a seguir apresentados.

“acaba por ser muita gente, o saber lidar com muita gente, o ter de conviver com muita gente ao mesmo tempo.... é muita gente com diferentes personalidades.” (E1, 23 anos)

“Só o ambiente de discussão e de [pausa] esse mau ambiente (...) o problema é mesmo as discussões entre meninas e tudo mais, isso causa mau ambiente e tem alturas que é muito perigoso.” (E2, 20 anos)

“Momentos mais difíceis? As pessoas.” (E6, 17 anos)

Cada jovem tem uma história de vida única, uma personalidade diferente, gostos distintos, rotinas desiguais e num curto espaço de tempo vêm-se “obrigadas” a saber estar e a viver juntas, quando muitas delas não escolheram fazê-lo, nem se sentem preparadas para tal. O ter de partilhar o mesmo espaço com o outro, sobretudo espaços de maior intimidade, como é o caso do quarto, que é muitas vezes dividido entre crianças ou jovens, é uma dificuldade, uma vez que, quebra a privacidade de cada uma, gerando conflitos, comportamentos desajustados, entre outros e é o oposto daquilo que se pretende de uma boa relação entre pares, através de uma rotina saudável, harmoniosa e de respeito mútuo.

A criação por parte dos técnicos de um ambiente familiar no contexto institucional, nem sempre é fácil, principalmente quando são instituições que integram muitas crianças e jovens, dificultando a aproximação e a construção de relações de proximidade como aquelas que pudessem ter no seu contexto familiar.

Compreendemos que apesar de a família ter comportamentos destrutturados e negligentes, ainda assume um grau de importância na vida destas jovens. De acordo com Fante & Cassab (2007, p. 167), as crianças e jovens institucionalizados, “vieram de um convívio familiar que, por menos amoroso que seja, não deixa de ser uma referência para as mesmas... acredita-se, pois, que a perda maior para elas (...) é o vínculo familiar”.

“Foi a vinda para cá, de estar longe da minha mãe.” (E3, 16 anos)

“Não poder estar com a minha família.” (E5, 15 anos)

Na mesma linha de pensamento, Mota & Matos (2010, p. 245) afirmam que, “(...) mesmo quando em presença de cenários de maus-tratos, ou da percepção de negligência parental (...) percebe-se que para os jovens, o estar inserido num seio familiar é de alguma forma um fator de organização interna e proteção”.

A vivência em contexto familiar é completamente diferente da vivência em contexto institucional. O facto de as instituições integrarem cada vez mais crianças e adolescentes, exige que haja uma maior supervisão e controlo sobre as mesmas, devido às responsabilidades que assumem. Neste sentido, constata-se progressivamente o aumento de regras e restrições nestes espaços, o que produz num impacto significativo no quotidiano das crianças e jovens, habituadas, geralmente, a usufruir de mais liberdade no seu contexto familiar.

Neste seguimento, o cumprimento de regras é outro dos aspetos salientados pelas entrevistadas aquando questionadas sobre os momentos mais difíceis na instituição. Viver numa instituição implica de forma mais organizada e controlada, a existência de rotinas, regras e horários. Conforme o Manual de Boas Práticas (2005, p. 112), “os horários de uma estrutura residencial são importantes para o seu funcionamento adequado e para o estabelecimento de rotinas, as quais desempenham um papel essencial como elementos securizantes e promotores do equilíbrio da criança ou jovem”.

A existência de regras nestes contextos é importante, uma vez que, facilita num futuro próximo, as jovens a viver em sociedade orientando as suas ações para o que é socialmente expectável. As regras ainda que sejam fundamentais para o bom funcionamento da instituição, podem apresentar-se demasiado uniformizadas, exigentes e inflexíveis para os adolescentes, tal como relatado pelas entrevistadas.

“(...) vindo para aqui há muitas regras a cumprir, tens hora de saída, que não dá para fazer nada, hora de telefone... tipo nós, adolescentes, agora com esta idade não conseguimos ficar 1 hora e meia com o telefone, isso não é nada.” (E6, 17 anos)

“Mas na altura da adolescência, perceber que ter de cumprir essas regras todas é muito difícil, por questões de horários, de poder sair, de poder não sair, de umas podem determinadas coisas, outras não podem, então acho que o mais difícil é mesmo viver em comunidade tão grande e conseguir gerir isso.” (E4, 22 anos)

A perceção de um excesso de regras permanentes pode causar em jovens institucionalizados sentimentos de revolta, de pouco poder de negociação e de frustração.

Desta forma, as necessidades de uma instituição e as necessidades individuais de cada sujeito institucionalizado nem sempre se apresentam em conformidade, sendo fundamental encontrar um equilíbrio através da flexibilidade entre ambas, de modo a proporcionar bem-estar a todos e a cada um.

1.3 Impacto da Institucionalização

A institucionalização é um conceito ambivalente. Se, por um lado, é vista como uma resposta de proteção que pretende afastar e proteger a criança ou jovem de um contexto de perigo, por outro lado, pode apresentar consequências desfavoráveis no desenvolvimento das mesmas, nomeadamente, no que diz respeito, à ausência de sentimentos de pertença e, conseqüentemente, a dificuldades em estabelecer relações de proximidade e de afetividade com o outro.

Gabatz et al. (2010, p. 674), afirmam que o papel das instituições de acolhimento assume-se como essencial na satisfação das necessidades básicas e materiais das crianças e jovens, contudo, a separação do contexto familiar, a quebra de laços afetivos e o

sentimento de abandono, proporciona que a própria instituição não tenha capacidade de resposta, no desenvolvimento quer a nível afetivo como a nível emocional destas crianças e jovens.

Como já referido na revisão de literatura, a entrada de uma criança ou jovem para uma instituição é um desafio, visto que, cada uma delas traz consigo uma bagagem muito dura e sentimentos como, o medo, a angústia e a insegurança tendem a manifestar-se com mais intensidade ao chegarem a um espaço e ambiente desconhecido, que não apresenta qualquer ligação para as mesmas. “A transição pode ser vivida como mais uma perda, (...) incompreensível aos olhos do exterior” (Mota & Matos, 2021, p. 72), um desses exemplos é o relato de uma das jovens, mencionando que a institucionalização não teve qualquer impacto até ao momento na sua vida, confessando a sua preferência em estar com o progenitor.

“Eu, por um lado, eu ok, mas por outro preferia ficar com o meu pai, porque eu só me comecei a dar com ele há um ano e meio, porque eu não falava com o meu pai. Não sinto que a institucionalização me marcou, ainda não teve impacto na minha vida.”
(E5, 15 anos)

O impacto da institucionalização na vida dos sujeitos institucionalizados, pode proporcionar consequências negativas, como também positivas. Segundo Martins (2005, citado em Pacheco, 2010, p.22), “é muito complicado determinar ao certo qual o impacto real e efetivo que a institucionalização comporta”.

O processo de institucionalização traz consigo fatores que conseqüentemente poderão ter implicações negativas na vida destas crianças e jovens. De acordo com Gomes (2010, p. 30) essas implicações podem originar “(...) sentimentos de punição, estigmatização e discriminação social, demissão e diminuição da responsabilidade parental e familiar, promoção da patologia do vínculo, entre outros”. Neste sentido, Gomes (2010) refere ainda que as instituições devem orientar-se segundo alguns princípios, tais como: duração temporal do acolhimento, ou seja, este deve ser transitório e curto; a identificação celebre do projeto de vida; a participação ativa da criança e jovem e a promoção de continuidade e previsibilidade de cuidados à criança e jovem.

Noutro ponto de vista, Zurita & Fernández del Valle (1996, citado em Martins, 2005, p.5), afirma que a institucionalização também apresenta um conjunto de pontos

positivos, nomeadamente no que concerne às experiências de jovens adolescentes viverem em comunidade, “(...) facilitam o estabelecimento de laços com diferentes pares e adultos; favorecem o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de cooperação em relação ao grupo (...) e favorecem a identificação com os pares e o desenvolvimento da própria identidade”. Yunes et al (2004, citado em Santos, 2014, p. 18), apontam a institucionalização como “(...) fator de proteção, ligado à possibilidade de uma interação e ligação afetiva adequada com adultos, no sentido de melhorar (...) respostas pessoais, afetivas e sociais dos adolescentes, permitindo um desenvolvimento adaptativo”.

A instituição é um espaço em que algumas crianças e jovens, vivenciam, pela primeira vez, sentimentos agradáveis como o amor, o afeto, o carinho e a amizade com o outro. O acolhimento residencial, para muitas crianças e jovens é o contexto mais impactante das suas vidas, devido aos papéis e interações que representa.

Nas narrativas seguintes é nítido o impacto que a institucionalização tem nos diferentes aspetos da vida de cada uma, particularmente em pontos pessoais, escolares e sociais.

“Marcou, primeiro porque foi onde sempre vivi não é, quando só conheces esta realidade claro que te marca... por isso marcou em todos os aspetos.” (E1, 23 anos)

“Na minha construção própria, acho que elas me ajudaram muito com isso. Acho que isto me fortaleceu muito, porque achava que estava num fundo do poço e agora valorizam-me e isso tudo... tenho outra auto-estima.” (E2, 20 anos)

“De me ajudar a perceber as coisas. Na minha vida escolar, social e também na forma de eu crescer e ter outra mentalidade.” (E3, 16 anos)

“Marcou em tudo. Acho que ao todo 15 anos depois, tinha 7 anos era uma criança, mudou tudo, educou-me mesmo, quer este lar, quer o outro foi quem me educou.” (E4, 22 anos)

“Marcou em tudo, porque eu antes de vir para aqui tinha tudo de mão beijada e agora não, mas socialmente marcou muito também.” (E6, 17 anos)

É importante referir que estes impactos mais negativos ou mais positivos, retratam experiências individualizadas que estão conseqüentemente ligadas à idade de cada uma;

à fase em que se encontram neste momento; às experiências anteriores ao acolhimento; à vinculação com os seus progenitores e à personalidade de cada jovem.

1.4 O estigma da sociedade associado à institucionalização

Apesar da institucionalização não surgir sempre como uma mudança negativa, e, como observámos no ponto anterior, trazer impactos significativos a diversos níveis, existem aspetos ligados a este processo que se associam a pontos negativos. A segregação, bem como a estigmatização social, são um dos principais pontos presentes neste processo, dado que são criadas representações sociais sobre o sujeito que é institucionalizado, proporcionando que a sociedade construa estereótipos e preconceitos associados a essas imagens sociais. Portella (2012, citado em Wendt et al, 2017, p. 531), afirma que “ao pensar-se sobre a temática da institucionalização, o que vem à memória são crianças órfãs, violentadas ou ainda adolescentes que cometeram atos de infração”. Arpini (2003, citado em Wendt et al, 2017, p. 531), explica também, que “os adolescentes institucionalizados ainda são marcados por um forte estigma social, e, via de regra, são julgados como se, necessariamente, carregassem problemas em suas bagagens”.

A sociedade contemporânea associa a institucionalização a problemas comportamentais, a doenças ou às adversidades familiares, que juntamente com a falta de informação relativa a estes assuntos, desencadeia estereótipos que facilmente atingem o preconceito e a discriminação social. Além disso, o estigma social pode interferir com o bem-estar emocional e apresentar represálias a nível psicológico nos sujeitos institucionalizados. A interpretação que interiorizaram sobre a perspetiva da sociedade acerca deles pode trazer como consequências uma baixa autoestima, desencadear sentimentos de vergonha, inseguranças e dificuldades na (re)construção de uma identidade positiva.

Na análise das entrevistas, confrontamo-nos com diversas respostas diferentes sobre esta temática. Uma das jovens assume que sente estigma por parte da sociedade sobre o facto de viver numa instituição.

“Sim...a maioria das pessoas sentem pena, as pessoas com quem eu converso sobre isso e com quem eu desabafo sobre isso sentem pena e depois parece que me tratam

de uma forma mais diferente sabe... é como se fosse vista como a coitadinha, eu digo não precisas de fazer isso, está tudo bem.” (E2, 20 anos)

Todas as outras jovens confessam que nunca sentiram esse estigma ligado diretamente a elas.

“Não, nem nunca senti. Já vi pessoas a serem colocadas de parte, mas eu não” (E1, 23 anos)

“Não, eu normalmente não digo logo que sou de uma instituição, só quando percebem assim que há ali alguma coisa ou assim. Epá sim eu ando numa instituição só que não é muito confortável estar sempre a dizer isso às pessoas, mas também não tenho medo das pessoas saberem.” (E3, 16 anos)

“Não. Há meninas aqui que os colegas não aceitam e eu não entendo o porquê, não é um crime estar numa instituição, não porque a pessoa fez alguma coisa de mal, simplesmente não teve uma vida correta se calhar e teve de vir para aqui, mas acho que isso não impede a pessoa de ter uma vida normal.” (E5, 15 anos)

“Não, porque não conto. Só a minha turma, porque a professora partilhou, fala à vontade como se a vida fosse dela e os meus amigos com quem tenho mais confiança. Não tenho vontade de partilhar isso, porque não me orgulho.” (E6, 17 anos)

“Eu não sinto comigo, porque não é o meu cartão de visita, não é “Olá eu sou a E4 e vivo num lar”, prefiro aproximar-me das pessoas, conhecer as pessoas e depois saberem sobre mim, não é um dado que eu pretendo dizer, mas quando digo, quando acabo por comentar com as pessoas, mesmo no curso, as pessoas ficam muito admiradas.” (E4, 22 anos)

Quando expõem que residem numa instituição de acolhimento, as entrevistadas denotam que os seus interlocutores têm uma perceção errónea sobre o processo de institucionalização e sobre a vivência numa instituição.

“Algumas ficam a ponderar sobre a situação, por exemplo, eu não tenho tanta liberdade como as pessoas têm lá fora, querem que eu vá sair com elas sei lá, à noite ou jantar fora, nem sempre posso fazer isso e elas nem sempre compreendem e depois às vezes começam a meter-me assim de parte, já nem falam comigo porque sabem à partida que não posso ir.” (E3, 16 anos)

“As pessoas têm uma ideia muito errada, que são pessoas com problemas mentais, que são pessoas mesmo problemáticas, então, ou seja, eu acabo por contar aos poucos depois de já ter uma proximidade com as pessoas, mas sinto sempre muitas perguntas de Ai como é que é? Não és infeliz? Credo vives num lar sem pais que infeliz, e não têm problemas, eu tinha essa ideia... pronto as pessoas ficam admiradas porque têm uma ideia muito errada do que é.” (E4, 22 anos)

É cada vez mais importante, compreender que este estigma vindo da sociedade pode criar dificuldades acrescidas na integração de adolescentes institucionalizados na sociedade, bem como, prejudicá-los quer no seu contexto escolar, no seu contexto social e na (re)construção do seu projeto de vida.

2. Da Institucionalização à Autonomização: a (re)construção de projetos de vida

Como já foi anteriormente mencionado, a instituição além das responsabilidades que assume, tem várias funções na intervenção com as crianças e jovens, nomeadamente no que diz respeito à autonomização das mesmas. Nós, enquanto seres humanos, temos objetivos e metas que ambicionamos alcançar e que acabam por nos orientar nas decisões e escolhas que tomamos. Para estas crianças e jovens institucionalizados é ainda mais importante a criação e a construção de um projeto de vida individualizado que permita a estes sujeitos, trabalharem na sua autonomia, para conseguirem atingir os seus objetivos.

Neste sentido, é fundamental ser elaborado um diagnóstico interdisciplinar que aborde todos os contextos, para que a intervenção dirigida às crianças e adolescentes seja especialmente planeada, individualizada e com objetivos concretos. Desta forma, o processo de autonomização deve ser gradual e individual para cada jovem, proporcionando que o mesmo tenha a oportunidade de fazer escolhas e tomar decisões através de uma estimulação e potencialização das suas competências pessoais e sociais que fomentem a sua participação ativa na sociedade. Nesta linha de pensamento, Alberto (2021, p. 154), afirma que “a participação na tomada de decisão reforça o sentimento de controlo e as competências de relacionamento interpessoal e emocionais”. Destaca também que o envolvimento das crianças e jovens nas tomadas de decisão “(...) ajuda

ainda a consolidar a dimensão securizante e afetuosa do contexto de acolhimento, na medida em que se sentem valorizados, acarinhados (...)” (p. 154).

A maioria das jovens entrevistadas relatou que a sua opinião é respeitada e que são envolvidas em todas as decisões que têm de tomar. Apenas uma das entrevistadas, assume outra perspectiva sobre este tema.

“Eu não sinto nada disso, porque eu não falo com ninguém aqui dentro, tipo, eu aqui dentro falo com uma pessoa, partilho as minhas emoções, o resto eu não quero saber. Porque se eu partilhar, daqui a 5 minutos, toda a gente já sabe. Não tenho confiança com ninguém.” (E6, 17 anos)

Segundo Lourenço (2014, p.25), o processo de autonomização é complexo e com contradições e ambivalências em diversas variáveis. Nas variáveis internas é identificável “(...) a autoestima, a perceção do ambiente, as relações com a autoridade, o desejo de independência e a vontade de fazer escolhas”, nas variáveis externas que interagem com as internas é apontada “(...) a estrutura familiar, a comunicação familiar, a presença ou ausência de controlo ou autoridade, e o ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou institucional”.

Neste seguimento, é importante trabalhar com a criança ou jovem institucionalizada, de forma que a mesma compreenda o valor e a importância que tem, não só para si, como, também, para os outros. É fundamental criar estratégias que envolvam a criança ou jovem no quotidiano da instituição, nomeadamente na participação e criação de dinâmicas que vão ao encontro dos seus gostos, interesses e particularidades. De acordo com Oliveira (2010, citado em Nogueira, 2013, p.34),

uma intervenção centrada na criança ou jovem como sujeito ativo é uma orientação que deve ser transversal a todas as dimensões da intervenção. O jovem sente-se parceiro da ação, demonstrando vontade de ser realizado e envolvido nas decisões sobre a sua vida, promovendo a sua participação como agente da própria mudança.

A intervenção deve ser planeada consoante as necessidades individuais de cada criança e jovem, tendo em consideração as diferentes dimensões da sua vida. Um dos aspetos a considerar para que essa intervenção seja bem-sucedida é o suporte que as técnicas dão na concretização dos objetivos de cada jovem, mediante a sua temporalidade,

a curto, médio ou longo prazo. É evidente, através das próximas narrativas, o apoio que as jovens entrevistadas sentem para alcançarem os seus objetivos.

“Claro que sim (...) a todos os níveis, eu até acho que aqui elas apoiam-nos a 100%.” (E1, 23 anos)

“A da universidade ainda não sabem, mas pronto quando chegar a altura também irei falar com elas e também de ouvir a opinião delas e ver o que é melhor, mas no geral ajudou-me em todos os objetivos que me propus.” (E3, 16 anos)

“Claro que sim, eles ajudam em tudo do que eu tenho visto de outras meninas que têm saído. A diretora técnica, no que ela pode, ela ajuda em tudo.” (E4, 22 anos)

“Claro que sim, em todos os aspetos. Seja aquilo que eu queira fazer fora da escola, os hobbies, a escola que isso também é muito importante e (silêncio) ajudou-me a ver a vida com outra perspetiva.” (E2, 20 anos)

Por outro lado, duas das jovens entrevistadas expõem outra perspetiva quando confrontadas com esta temática.

“Eu nunca falei nisto, então não sei. Falo mais sobre os meus sentimentos, do que destas coisas.” (E5, 15 anos)

“Não sei, mas acho que não.” (E6, 17 anos)

Barbosa (2015, p. 1001), afirma que a autonomia,

(...) sem recursos pessoais e proteções sociais é uma fantasia. Ninguém se torna autónomo nem caminha para elevados padrões de autonomia sem ajudas sociais, (...) que permitam uma certa independência na vida do dia a dia, e sem um conjunto de recursos (...) possibilitem a tomada de decisões.

Neste seguimento, existe o desafio de educar e de trabalhar no processo de autonomização de cada criança e jovem, sendo cada vez mais necessário promover-se condições que, de acordo com Gomes (2010, p. 356), “(...) possam adquirir as atitudes necessárias para participarem na produção social (os saberes), interiorizem os valores que cimentam e pautam a sua atuação futura (moral)”, de modo a possibilitar a construção de relações interpessoais positivas, tendo sempre presente a sua identidade, como seres individuais e sociais.

É na fase da adolescência que o futuro ganha outra importância no estabelecimento e cumprimento de objetivos. Sendo esta uma fase de diversas mudanças, quer a nível físico, como psicológico é normal os jovens preocuparem-se e refletirem sobre a sua vida no futuro enquanto adultos. No que diz respeito às temáticas sobre as quais os adolescentes se debruçam quando abordam as expectativas de futuro, Bandura et al (2013, citado em Pereira, 2021, p. 18) afirmam que as mesmas estão relacionadas com aspetos específicos, nomeadamente com a educação, trabalho, estabilidade, entre outras preocupações.

No caso das jovens institucionalizadas, os resultados não diferem muito dos estudos anteriormente realizados. As ambições sobre o futuro relatadas pelas jovens demonstram que os aspetos mais relevantes nesta fase estão direcionados para a educação e para o emprego.

“Eu agora candidatei-me ao mestrado, é fazer o mestrado e depois logo se vê...” (E1, 23 anos)

“Quería estudar no secundário essa área, e depois mais tarde queria ver se ia para a universidade de Fafe ou a do Minho e depois em vez de estudar de manhã, estudava à noite e trabalhava durante o dia.” (E3, 16 anos)

“Então eu agora pretendo terminar a tese, defender, ficar educadora de infância e depois, entretanto sair do apartamento, porque vai ter de ser, uma vez que vou deixar de estudar. Encontrar trabalho na área e sair.” (E4, 22 anos)

“Eu gostava de ser rececionista de hotel.” (E5, 15 anos)

“Eu quando sair daqui da instituição, eu quero estar formada, e com o meu curso já feito, eu quero ir para França fazer uma formação na área do Turismo e depois quero ser rececionista de hotel.” (E6, 17 anos)

No que diz respeito às suas expectativas sobre o futuro, as jovens entrevistadas percecionam um futuro bem-sucedido e com clara evidência daquilo que pretendem atingir com os seus objetivos.

“Eu acho que vai ser bom e estou a trabalhar, já trabalhei para isso, por isso acho que vai ser minimamente” (E1, 23 anos)

“Eu queria ver se ia trabalhar para outra cidade, não queria mesmo trabalhar cá em Leiria. Queria procurar outras oportunidades.” (E3, 16 anos)

“Eu gostava de ficar em Leiria, gostava de ficar por cá, mas lá está na minha área posso ser chamada para qualquer cidade para trabalhar.” (E4, 22 anos)

“Bem lá para a frente, eu quero ir para a França, eu não quero ficar em Portugal e espero que a trabalhar como rececionista.” (E5, 15 anos)

“Eu espero que corra bem.” (E6, 17 anos)

No âmbito de compreender as dificuldades sentidas na construção do projeto de vida destas jovens, é notório que para quatro das entrevistadas, a preocupação que têm em relação ao contexto escolar.

“É a escola (...)” (E5, 15 anos)

“Por acaso agora é o fim do semestre, mas de resto está tudo bem... é viver um dia de cada vez.” (E1, 23 anos)

“É mesmo a universidade, porque estou a fazer uma coisa que não gosto muito, por isso...” (E2, 20 anos)

“Eu acho que é mesmo por ter medo de eu por exemplo, porque eu sei que nessa área vai só haver rapazes, então estou tipo com medo de entrar nessa área e não me dar bem com alguém, não me adaptar.” (E3, 16 anos)

Denota-se que os desafios na transição para a vida adulta não se limitam apenas à necessidade de aquisição de competências escolares. As competências pessoais também são fundamentais para a integração na sociedade, nomeadamente a capacidade de gestão emocional face às dificuldades existentes, particularmente na conquista de um emprego na área, na ausência de poder de compra, e consequentemente na dificuldade em encontrar habitação acessível. No excerto seguinte é visível o sentimento dessa preocupação, no relato de uma das jovens entrevistadas.

“Agora a dificuldade é perceber o ponto em que o país está, está tudo super caro e assusta um bocadinho pensar que, apesar de estarmos sempre acompanhadas, mesmo pela nossa família, quando houver o corte, nós vamos ser um bocadinho sou eu por mim. Não encontrar trabalho na área, a expectativa será que vou encontrar, será que não, isto

está tudo tão caro. Viver sozinha se calhar não consigo, se calhar tenho de ir para um quarto, é mais essas questões.” (E4, 22 anos)

A relação entre pares é construída através da convivência e de experiências vivenciadas em grupo. A promoção de atividades em grupo é fundamental para que sejam trabalhados comportamentos pró-sociais (Alberto 2021). A qualidade das relações interpessoais constitui-se como essencial, não só para a percepção que a criança ou jovem tem sobre o outro, mas também para a introspeção da sua pessoa com o outro. As relações que primam pelo respeito e confiança entre os pares, têm tendência a ser positivas e afetivamente significativas. Devido à multiplicidade de fatores, há crianças e jovens que não conseguem construir e adquirir uma relação com o outro de proximidade e de confiança, o que pode proporcionar um desafio no processo de construção do projeto de vida. No trecho seguinte uma das jovens entrevistadas, menciona a dificuldade que sente em confiar no outro e, por conseguinte, em criar relações interpessoais positivas

“A confiança com o outro. Antes de vir para aqui, eu dava confiança a toda a gente, não conhecia a pessoa, mas facilmente ganhava a confiança, mas acho que era dos meus maiores erros. Agora que vim para aqui é outro dos meus maiores erros não dar assim tanta confiança às pessoas.” (E6, 17 anos)

As competências sociais e pessoais adquirem uma crescente importância na fase da adolescência até à idade adulta, tratando-se de uma progressiva capacidade de tomar decisões, refletir e de delinear objetivos individualmente. “Estas competências levam a um maior aprofundamento da individualidade de cada um, de aceitação das suas potencialidades, (...) fragilidades, permitindo maior sucesso no seu processo de autonomia e (...) no seu projeto de vida” (Oliveira, 2021, p. 195). Além disso, também contribuem para aceitação das diferenças, bem como para o reconhecimento do outro e das suas emoções, proporcionando a criação de ambientes mais respeitadores, tolerantes e justos (Oliveira, 2021).

2.1 O Papel da Equipa Técnica na Instituição

O acolhimento residencial, deveria ser um lugar transitório para as crianças e jovens, mas o que acontece na maioria dos casos é o contrário. Desta forma, este acaba

por ser o espaço do desenvolvimento integral das crianças e jovens em diversos níveis da sua vida, tais como, emocional, cognitivo, relacional, entre outros.

Cada vez mais existem crianças e jovens que permanecem longos anos nestas instituições e como tal percorrem as várias fases da vida desde a infância à adolescência até à idade considerada adulta, acompanhadas por diversas mutações ao longo das mesmas. Neste processo, é fundamental existir uma equipa técnica multidisciplinar que através de um trabalho gradual na sua intervenção, consiga alcançar uma relação de proximidade com estas crianças e jovens, baseada no respeito, confiança e segurança. Além disso, é importante que estas relações sejam construídas através de uma escuta ativa, do diálogo, da empatia e de empoderamento.

“Imagine, aqui temos a sorte de ter mais que uma e de elas ajudarem em tudo, seja na escola, seja tipo na rotina pessoal...” (E1, 23 anos)

“(...) Também se não são elas, quem mais nos ensina isso, percebes? Então acho que é muito importante, apesar de nem toda a gente pensar o mesmo, porque eu tenho noção disso, mas também depende muito das situações que nos trazem cá.” (E2, 20 anos)

“Acho que elas compreenderam muito a minha parte, quando eu tinha alguma dúvida ou queria uma ideia externa, elas também deram sempre a ideia delas e também me ajudaram a decidir o que era melhor para mim.” (E3, 16 anos)

“Em tudo. Claro que as questões mais práticas, parte um bocadinho mais das outras funcionárias não é. Nós também tínhamos acompanhamento psicológico fora, ainda não era esta psicóloga... e as técnicas sempre conversaram connosco.” (E4, 22 anos)

“Sim, porque se não fossem elas a gerirem isto, isto era um caos. Então claro que sim (...) ajudaram-me a ter ido para a escola, começar a definir objetivos para a minha vida... é por aí.” (E5, 15 anos)

Apesar da maioria das entrevistadas reconhecer que a equipa técnica foi e é fundamental nas suas vidas, uma das jovens relata precisamente o contrário.

“Não tenho abertura para falar com as técnicas, porque é assim, elas são bué fofoqueiras, algumas estão só à procura de briga, elas só dão confiança às que estão aqui há muito tempo e eu não me sinto bem para falar das minhas coisas, sendo que,

daqui a pouco, elas vão contar às mais velhas e depois eu não gosto que fiquem a saber da minha vida, então eu prefiro fazer a minha vida em segredo para que ninguém saiba.” (E6, 17 anos)

Além desta questão, outra que foi mencionada pelas entrevistadas remete para o número de jovens nas instituições ser, muitas vezes superior ao número de técnicos, o que cria uma dificuldade acrescida no acompanhamento individualizado de cada um, visto que, a atenção destes profissionais tem de ser repartida por todas as crianças e jovens.

“acho que havia de haver uma variedade e não ser só aqueles dois tipos de serviço, acho que acabam por estar sobrecarregadas e o facto de sermos muitas também não ajuda, às vezes parece que se esquecem de nós porque não conseguem chegar a todas da mesma forma.” (E3, 16 anos)

“Sim, acho que era importante, para que as duas técnicas também não tivessem sobrecarregadas com tantas meninas.” (E5, 15 anos)

Mediante esta lacuna apresentada pelas jovens, é necessário que a mesma seja ultrapassada para que as adolescentes, se sintam capazes e seguras no que diz respeito à sua saída da instituição. Para isso é importante uma preparação para a autonomização centrada em dinâmicas práticas, de modo a fortalecer o seu desenvolvimento e autonomia. Quando questionadas sobre os apoios que poderiam existir além do acompanhamento das técnicas, uma parte assume sentir-se bem apenas com esse acompanhamento, outra acha que deveria existir mais variedade.

“Difícil porque, imagine há medida que os problemas surgem eu venho cá, exponho o problema e elas ajudam sempre, mas lá está eu acho que é no geral ... imagine mesmo que elas digam a vida é assim, nós nunca vamos perceber né, cada experiência é uma experiência, depois de sair né. Já vi tantas meninas a sair e mesmo com ajuda é sempre diferente e corre sempre de maneiras diferentes.” (E1, 23 anos)

“Tenho medo da transição, de ir e não ter a quem recorrer. Neste momento ter o apoio das técnicas já me é suficiente.” (E2, 20 anos)

“Eu penso que não, penso que se este acompanhamento for bem feito é suficiente porque ajudam na transição.” (E4, 22 anos)

“Eu acho que, ter duas cozinheiras para 36 meninas é um completo exagero, porque essas meninas mais velhas, em vez de estarem a fazer coisas que não devem, eu acho que deviam estar a ver as cozinheiras a cozinharem para depois irem para a sua vida fora daqui e estarem preparadas. Nós aqui não temos atividades que proporcionem ganhar a nossa autonomia, só temos atividades e palestras. Não há nada que eu pense, “isto é, uma mais-valia para a minha vida”, até agora é só isto aqui que está a valer, porque eu estou a expor tudo, o resto é só atividades, palestras, o quê que eu vou fazer com isso? Nada, vou ouvir e ficar calada, digo que está a ser uma seca...” (E6, 17 anos)

“Eu não sei, porque eu não penso muito no meu futuro aqui, penso mesmo em viver com o meu pai e pronto. Acho que ter o meu pai era importante para esse processo.” (E5, 15 anos)

“Não sei, mas talvez fosse fundamental para nós aprender a cozinhar, fazer outras coisas da rotina, mas também somos muitas daí ser mais difícil chegar a todos os interesses de cada uma.” (E3, 16 anos)

Relacionado com este processo de preparação para a autonomia, verifica-se fatores que condicionam esse caminho, nomeadamente para os profissionais que utilizam diferentes estratégias e não conseguem alcançar processos bem-sucedidos e para os adolescentes que não se sentem interessados e motivados a desenvolver competências pessoais e sociais.

Conclusão

A reflexão que urge iniciar é um culminar de todo um trabalho realizado, destacando-se neste ponto os principais resultados do trabalho de campo que vão ao encontro do objetivo desta dissertação, conhecer de que modo os jovens institucionalizados constroem as suas perspectivas de integração na sociedade, bem como, analisar o papel da mediação intercultural neste processo de integração.

As crianças e jovens privadas do seu contexto familiar, por inúmeras situações de perigo retratadas ao longo deste estudo, têm percursos de vida difíceis, negativos e traumáticos. As medidas de promoção e proteção de crianças e jovens abordam num primeiro momento, estratégias de intervenção com o contexto familiar, sendo que nem sempre essas estratégias são eficazes para eliminar o perigo e criar condições de segurança para estas crianças e jovens. Neste sentido, o acolhimento residencial surge como a medida de fim da linha, constituindo-se como a solução mais eficaz e segura, capaz de proporcionar às crianças e jovens um ambiente seguro e protetor, garantindo a satisfação das suas necessidades básicas para o seu desenvolvimento integral.

O acolhimento residencial integra um novo contexto na vida destas crianças e jovens, em que as mesmas enfrentam desafios significativos ao longo deste processo que se sucedem desde logo na sua transição para uma diferente realidade e como se isso já não fosse aterrador, ainda trazem consigo uma bagagem de vivências e implicações emocionais com as quais têm de lidar internamente. A institucionalização é um tema que não traz consensualidade nos autores que abordam esta temática. Se por um lado há quem diga que a institucionalização apresenta aspetos negativos, outros assumem que há aspetos positivos da institucionalização no desenvolvimento da criança e jovem. Os resultados demonstram que as experiências de cada jovem são maioritariamente positivas com a consciência de que a institucionalização é uma medida que a médio e longo prazo origina oportunidades que no contexto familiar em que estavam inseridas, dificilmente surgiriam.

Além disso, o impacto da institucionalização é avassalador, em muitos casos a instituição é o primeiro espaço em que a criança e jovem tem contacto com o afeto, com

o amor e com a valorização do seu eu identitário. Denota-se o quão impactante é todo este processo na vida de uma criança ou jovem e as transformações que daí advêm nos diferentes aspetos da sua vida pessoal, escolar, social entre outros. Reconhece-se também que este impacto depende de consideráveis variáveis como a idade das jovens, os motivos inerentes à retirada da família, entre outros pontos contextuais, mas sobretudo “(...) da (des)estruturação interna que as crianças e jovens foram construindo ao longo da sua relação com as figuras significativas de afeto” (Mota & Matos, 2021, p. 71).

A par destes desafios, acresce toda uma sociedade pautada por preconceitos e estereótipos relativamente à imagem das crianças e jovens institucionalizadas. Estas jovens, apesar de não sentirem o estigma social na primeira pessoa, têm a noção que esse estigma existe em torno do contexto de acolhimento e o quanto podem ser prejudicadas nas suas relações sociais e escolares devido a essa imagem preconcebida. A necessidade de se desmitificar e desconstruir cada vez mais estes preconceitos nas gerações mais novas é de elevada importância, uma vez que, ficou perceptível a falta de informação da comunidade perante este tema e a facilidade que têm em se influenciarem por estereótipos errados.

O acolhimento residencial deveria ser uma solução transitória na vida destas crianças e jovens, o que, na generalidade, não acontece. A maioria dos casos de crianças e jovens institucionalizados, vive numa instituição desde tenra idade, e muitas delas não conhecem outra realidade. A função da instituição, além da satisfação das necessidades básicas e do bem-estar das crianças e jovens, assume um grau de importância na autonomização das mesmas. A criação, bem como a construção de um projeto de vida individualizado, deve ser realizado, a partir do momento da chegada da criança ou jovem à instituição.

O processo de autonomização deve ser progressivo e individual face às necessidades e particularidades de cada uma, promovendo a sua participação ativa e proporcionando a oportunidade de tomar decisões e fazer as suas próprias escolhas. Os resultados são significativos, uma vez que ficou evidente que na sua maioria as jovens conseguem expressar a sua opinião e participar na tomada de decisões.

A vivência no contexto institucional é indicada como determinante na (re)construção identitária destas jovens e no apoio disponibilizado, de modo a promover

os seus percursos académicos e profissionais. O período da adolescência até à idade adulta assume uma importância acrescida nas preocupações e ambições que os jovens têm acerca do seu futuro. Neste caso em particular, os projetos de vida destas jovens a médio e a longo prazo, estão mais orientados para aspetos educacionais e laborais, destacando-se os seus interesses, as suas determinações e motivações em concretizar os seus objetivos e a serem bem-sucedidas futuramente.

Os profissionais que exercem a sua função na instituição contribuem para a resposta que é dada às crianças e jovens institucionalizados, assim como, pela qualidade do ambiente na instituição. Reconhece-se neste sentido, a relação de proximidade entre algumas jovens e as técnicas, mas também é perceptível que ainda existem jovens que sentem que não são respeitadas e que não podem confiar totalmente nas técnicas que as acompanham, interpretação essa influenciada pelo tempo de permanência na instituição.

O número de crianças e jovens adolescentes na instituição face ao número de profissionais também é um aspeto que influencia, não só o desenvolvimento, como também a autonomia destas jovens. As mesmas têm noção que a falta de disponibilidade das técnicas é encarada como uma dificuldade, uma vez que, essa disponibilidade não é equilibrada para todas e que são, conseqüentemente, prejudicadas na sua autonomização. Ressalva-se ainda o facto de as atividades de autonomia estarem inerentes às lidas domésticas, sendo estas fundamentais para as jovens. Contudo, as jovens também têm a consciência que é necessário apostar noutras atividades, além das mencionadas e das palestras, de modo que a sua participação seja ativa na sociedade e que consigam construir relações exteriores da instituição com qualidade, promovendo, não só o seu desenvolvimento pessoal, como também facilitando o processo de construção de relações interpessoais.

Os resultados também demonstram que o acompanhamento apenas com duas técnicas, não é suficiente e que seria vantajoso a colaboração de outros profissionais a fim de construir-se uma equipa multidisciplinar, capaz de proporcionar a estas jovens estratégias e dinâmicas diferentes no âmbito da autonomização. Ademais seria fundamental, existir profissionais que mais do que trabalhar a autonomia com estas crianças e jovens desde a sua entrada na instituição, efetuassem um acompanhamento personalizado a cada jovem que transitasse da instituição para um apartamento de

autonomização, ou não existindo essa resposta social, a acompanhasse na sua integração na sociedade nos primeiros anos, realizando sempre a ponte entre a instituição, família e comunidade.

Compreendemos que a mediação intercultural se torna fundamental nas diferentes fases de um processo de institucionalização: No período antecedente ao acolhimento, na medida em que apresenta a comunicação necessária entre o seio familiar, a instituição e as entidades competentes em matéria de infância ou juventude (CPCJ'S ou tribunais), bem como na preparação, sempre que possível, da transição destas crianças e jovens, através da compreensão, do respeito, e da aproximação das partes; No período de acolhimento, a mediação intercultural surge como facilitadora no processo da (re) construção identitária e de autonomização. A sua intervenção deve ter em consideração a transformação identitária e um olhar holístico do jovem, deve orientar-se por princípios que possibilitem, não só a criação de laços e de relações de proximidade, entre o mediador e o mediado, como também em estratégias que proporcionem a estes jovens a sua participação ativa e voluntária, através de momentos de aprendizagens e de reflexão, permitindo que neste caso, as jovens consigam alcançar a sua autonomia, capacitação e empowerment; No período pós-acolhimento, a mediação intercultural emerge para o acompanhamento que deve ser realizado com as jovens adultas após a sua saída da instituição, com as suas famílias e com as instituições de proteção social a fim de facilitar o processo de transição e de integração a uma nova realidade. Dado as funções do acolhimento residencial, a mediação é uma ferramenta primordial numa intervenção social transformadora, pedagógica e educativa.

Torna-se evidente com a concretização desta dissertação, a complexidade do acolhimento residencial e de todo o processo de institucionalização que a criança ou jovem é sujeito originando diferentes consequências nos diversos domínios. Ademais, o processo de saída da instituição e de integração na comunidade é um desafio para os jovens adultos, na medida em que há uma mudança de realidade para outra desconhecida e que causa ansiedade, medo e transtorno. Urge a necessidade de se continuar a trabalhar com estas crianças e jovens, potenciando e valorizando as suas competências individuais, sociais, escolares e a sua autonomização ao longo do acolhimento, mas principalmente de as acompanhar após a sua saída da instituição. Desta forma, seria pertinente realizar-

se outros estudos vocacionados para a autonomização e integração na comunidade, numa vertente de acompanhamento pós-acolhimento.

No que se refere ao desenvolvimento da dissertação, encontra-se algumas limitações, nomeadamente, no facto de ser um estudo de caso, e por isso, os resultados apresentados não podem ser generalizados a outros contextos institucionais; a presença de uma pessoa estranha na instituição poderá ter influenciado o acesso à informação sobre as jovens, limitando uma análise mais aprofundada das narrativas de vida, sendo pertinente uma permanência prolongada na instituição para a criação de uma relação de proximidade e de confiança, entre o investigador e as jovens.

Seria igualmente interessante, trabalhar numa ótica de prevenção junto destas famílias sinalizadas, potenciando as suas capacidades, compreender e trabalhar as suas dificuldades, capacitando a sua autonomia e promovendo o envolvimento da família no desenvolvimento integral da criança ou jovem, para que situações de fim da linha pudessem ser revertidas.

Referências Bibliográficas

Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional* (1st ed.). Universidade Aberta.

Alberto, I. (2021). Uma Casa, um Lar, um Porto de Abrigo: Proteção, Cuidado, Identidade e Sentimento de Pertença no Acolhimento Residencial. In Peixoto, C., & Oliveira, M (Eds), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp.3-363). Pactor.

Almeida, S. A. (2016). *Autonomia em adolescentes/jovens institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu.

Alves, N. S. (2007). Sistemas de Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens. *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*.

Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2nd ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Barbosa, M. G. (2015). Educação e ambiguidades da autonomização: para uma pedagogia crítica da promoção do indivíduo autónomo. *Brasileira de Educação*, 20 (63), 995-1008.

Bastos, O. A. (2014). *Projetos de Vida de Adolescentes Institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense]. Repositório da Universidade Portucalense.

Carmo, A. H. (2002). *Intervenção social com grupos*. Repositório Aberto.

Costa, P., Vieira, R., Santos, R. (2018). Políticas Sociais, Mediação Intercultural e Intrapessoal com Jovens Institucionalizados. In Vieira, R., Vieira, A. V., Marques, J., Silva, P., & Margarido, C (Eds.), *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para intervir* (pp. 207-242). Edições Afrontamento.

Costa, V. P. (2017). *A influência das experiências de acolhimento institucional na (re)construção identitária* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional de Informação Científica do Instituto Politécnico de Leiria.

Coutinho, P. C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2nd ed.). Almedina.

Fante, A. P. & Cassab, L. A. (2007). Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Textos & Contextos*, 6 (1), 154-174.

Farromba, P. M. (2013). *Relações de Vinculação e Sucesso Escolar em Jovens Institucionalizados: um desafio aos seus cuidadores* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Gabatz, R. I., Padoin, S. M., Neves, E. T., & Terra, M. G. (2010). Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Gaúcha Enfermagem*, 31 (4), 670-676.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Textos Editores.

Gonçalves, C. P. (2020). *A institucionalização de crianças e jovens e processos de definição identitária: o caso de três acolhimentos residenciais* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.

Gonçalves, G. M. (2020). *O Direito das Crianças a uma família: Perceções acerca da medida de acolhimento familiar* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo* (1st ed.). Príncípia.

Hecht, B., Silva, P. R. (2009). Crianças Institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. *Psicologia.pt*, 1-17.

Instituto da Segurança Social (2005) *Manual de Boas Práticas: um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa.

Instituto da Segurança Social (2022). *Relatório CASA 2022* <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>

Instituto da Segurança Social. (2012, fevereiro 16). *Plano DOM- Desafios, Oportunidades e Mudanças*. <https://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas>

Lourenço, A. G. (2014). *Avaliação do projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com Jovens Institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositório Universidade de Lisboa.

Marques, C. A. (2013). *Expectativas Futuras de Jovens Institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Aberto do Instituto Superior Miguel Torga.

Marques, J., Faria, S., Silva, P., Vieira, R., & Lopes, S. (2016). A prática da Investigação no estudo da Interculturalidade. In Vieira, R., Vieira, A. V., Marques, J., Silva, P., & Margarido, C (Eds.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 7-217). Edições Afrontamento.

Martins, D. M. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Fatores de risco e de proteção. *Análise Psicológica*, 2 (23), 129-135.

Martins, J., A. (2019). *Jovens e a Construção de Projetos de Vida* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional de Informação Científica do Instituto Politécnico de Leiria.

Martins, P. C. (2005, maio 23). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais*. [Conferência]. VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade, Fundação Calouste Gulbenkian

Matos, M. P. & Mota, P. C. (2008). Adolescência e Institucionalização numa Perspetiva de Vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.

Meirinhos, M., Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Eduser: revista de Educação*, 2 (2), 49-65.

Montano, T. (2006). *Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/guias_guia_educacao.pdf

Mota, C., Matos, P. (2021). Relações Significativas e Resiliência em Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. In Peixoto, C., & Oliveira, M (Eds), *Acolhimento*

Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção (pp.3-363). Factor.

Mota, P. C., Matos, M. P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (29), 245-254.

Nogueira, S. D. (2013). *Impacto da institucionalização nas perspetivas presentes e futuras das crianças e jovens em risco* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu.

Nunes, G., Nascimento, M. C., & Luz, M. (2016). Pesquisa Científica: Conceitos Básicos. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 10 (29), 144-151.

Oliveira, A. (2021). Promoção de Competências e Inteligência Emocional em Contexto de Acolhimento Residencial. In Peixoto, C., & Oliveira, M (Eds), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp.3-363). Factor.

Pacheco, C. P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.

Papalia, E. D., Olds, W. S., Feldman, D. R. (2006). *Desenvolvimento Humano* (8 ed.). Artmed.

Pereira, B. V. (2021). *As expectativas em relação ao futuro de jovens em acolhimento residencial* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais]. Repositório Universidade de Évora.

Ramos, A. M. (2005). *Crianças Tecnologias e Aprendizagem: contributo para uma teoria substantiva* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança]. RepositóriUM.

Reis, O. V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra.

- Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social* (3rd ed). Porto Editora.
- Sá, P., Costa, A., & Moreira, A. (2021). *Volume 2: Reflexões em torno de Metodologias de Investigação* (1st ed.). UA Editora.
- Santos, P. M. (2014). *Maus-tratos, Resiliência e Desenvolvimento Moral: Uma investigação Ecológico- Cognitiva com Adolescentes Institucionalizados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense Infante D. Henrique]. Repositório da Universidade Portucalense.
- Silva, D. B. (2016). *Instituições de acolhimento de crianças e jovens: eliminação ou atenuação do risco e perigo?* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.
- Silva, M. P., Viana, N. M., Carneiro, V. S. (2011). O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. *Psicologia.pt*, 1-12.
- Soares, I. S. (2022). *A arte de recomeçar: a redefinição dos mundos vividos* [Relatório de estágio, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.
- Sousa, R. C. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Taylor, S., Bogdan, R. (1994). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación* (2nd ed.). Paidós.
- Teixeira, C. C. (2009). *O Tecer e o crescer – Fios e Desafios Construção Identitária em crianças institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Torremorell, M. (2008). Descrição do processo mediador. In Torremorell., M (Ed.), *Cultura de Mediação e Mudança Social* (pp.53-77). Porto Editora.
- Vala, T. A. (2019). *A intervenção com adolescentes em acolhimento residencial: emoções e linguagens artísticas* [Relatório de Projeto, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional de Informação Científica do Instituto Politécnico de Leiria.

Vieira, R. (1999). *Histórias de Vida e Identidades: professores e interculturalidade*. Afrontamento.

Vieira, R. (2011). *Ser Igual, Ser Diferente – Encruzilhadas da identidade*. Profedições

Vieira, R., Vieira, A. V. (2016). Mediações Socioculturais: Conceitos e Contextos. In Vieira, R., Vieira, A. V., Marques, J., Silva, P., & Margarido, C (Eds.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 7-217). Edições Afrontamento.

Wendt, B., Dullius, L., & Dell’Aglío, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (2), 529-541.

Yin, K. R. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2nd ed.). Bookman.

Zanon, D. L., Freitas, L. L. (2015). Uma Revisão de Literatura sobre a Definição de Projeto de Vida na Adolescência. *Interação Psicologia*, 19 (2), 281-292.

Apêndices

Apêndice I- Guião das Entrevistas Semiestruturadas

Objetivos	Questões	Sub-Questões
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar quebra-gelo com questões de identificação pessoal 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que idade tens? 2. Qual era a cidade em que residias? 3. Que ano escolar frequentas? (caso seja ensino superior) → 4. Gostas da área que escolheste? 	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o curso?
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o processo de institucionalização 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Há quanto tempo vives nesta instituição? 6. Já estiveste noutra instituição? Se sim, como foi a experiência? 7. Sabes porque foste institucionalizada? (caso a resposta seja positiva) → 8. Tens contacto com a tua família? 9. Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para a instituição? 10. Quais são para ti os momentos mais difíceis na instituição? → 11. Sentes que és ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? 	<ul style="list-style-type: none"> • Quem te explicou? • E como os tentas ultrapassar?

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as expectativas em relação ao futuro • Conhecer a perceção do impacto da institucionalização 	<p>12. Que ambições tens para o teu futuro?</p> <p>13. Achas que a instituição contribui para conseguires/concretizares os teus objetivos?</p> <p>14. Quais são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua vida em que estás a construir/preparar o teu futuro?</p> <p>15. Como achas que vai ser o teu futuro?</p> <p>16. De que forma a institucionalização te marcou? →</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E em que aspetos da tua vida sentes mais esse impacto?
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a realidade que sentem por parte da sociedade • Conhecer o papel das técnicas na vida das jovens institucionalizadas 	<p>17. Sentes algum estigma por parte da sociedade em viveres numa instituição? (caso a resposta seja positiva) →</p> <p>18. Que ferramentas/competências adquiriste na instituição com o acompanhamento das técnicas?</p> <p>19. Achas o papel das técnicas da instituição fundamental para a (re) construção do teu projeto de vida? (caso a resposta seja positiva) →</p> <p>20. Quais os apoios que consideras que devem existir para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como lidas com esse estigma? • Porquê? Em que sentido é que sentiste que te ajudaram?

	<p>21. Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?</p> <p>22. Sentes-te preparada para viver sozinha? (pergunta apenas para as maiores de idade)</p>	
--	--	--

Apêndice II- Consentimento do Participante

Declaro que me disponibilizaram todas as informações referentes aos objetivos de o estudo “Dar Voz aos Jovens Institucionalizados: As suas perspetivas de integração na sociedade” realizado por Diana Loureiro, integrado no Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Neste sentido, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que forneço voluntariamente, confiando que serão apenas utilizados para fins académicos e publicações que delas decorram e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Apêndice III- Análise de Conteúdo das Entrevistas Semiestruturadas

Problemática	Subcategoria	Análise/Objetivos	Excerto da entrevista
Institucionalização	Motivos de institucionalização	Compreender os fatores de risco/perigo que proporcionaram a institucionalização destes jovens;	<p><i>“(...) não tinha condições e porque faltava às aulas também.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“(...) negligência e isso” (E2, 20 anos)</i></p> <p><i>“(...) eu estive ausente da escola durante um ano (...)” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“(...) porque fui eu que escolhi vir para aqui.” (E6, 17 anos)</i></p>
Institucionalização	Entrada na instituição	Conhecer a experiência de entrada na instituição;	<p><i>“Eu acho que foi uma coisa boa porque me permitiu oportunidades que eu nunca ia ter e tirou-me de uma situação de risco” (E1, 23 anos)</i></p> <p><i>“Sinceramente, foi a melhor coisa que me aconteceu. Se não fosse a instituição, estava perdida.” (E2, 20 anos)</i></p> <p><i>“Eu acho que foi, pelo menos para mim, uma das melhores coisas, porque me fez crescer também e fez-me perceber que ao faltar às aulas estava a perder muita coisa e também</i></p>

			<p><i>tinha muitas capacidades que eu nunca aproveitava e isto aqui também dentro, fez-me perceber que eu podia estudar e ter o meu futuro como eu queria e bem me apetecia e escolher as minhas próprias coisas.” (E3, 16 anos).</i></p> <p><i>“Eu quando vivi no Ensaio 4 anos e meio, era um meio muito mais pequeno, tinha 14 crianças e de repente venho para o lar e são 40 adolescentes jovens, mas acho que sim, na altura foi muito difícil a adaptação porque foi uma mudança muito grande, mas foi das melhores coisas que me podia ter acontecido, porque senão não tinha o curso que tenho, nem era a pessoa que sou de certeza absoluta.” (E4, 22 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, por um lado foi bom, mas por outro preferia ter ficado lá com o meu pai.” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“Estou com grande arrependimento, uma pessoa quando vem para aqui, pensa que tipo, as coisas aqui são incríveis, mas não são, são péssimas, a falar a sério. (...)” (E6, 17 anos)</i></p>
--	--	--	---

<p>Institucionalização</p>	<p>Os momentos mais difíceis</p>	<p>Compreender quais são os momentos mais difíceis vivenciados pelas jovens na instituição;</p>	<p><i>“acaba por ser muita gente, o saber lidar com muita gente, o ter que conviver com muita gente ao mesmo tempo.... é muita gente com diferentes personalidades.” (E1, 23 anos)</i></p> <p><i>“Só o ambiente de discussão e de [pausa] esse mau ambiente (...) o problema é mesmo as discussões entre meninas e tudo mais, isso causa mau ambiente e tem alturas que é muito perigoso.” (E2, 20 anos)</i></p> <p><i>“Momentos mais difíceis? As pessoas.” (E6, 17 anos)</i></p> <p><i>“Foi a vinda para cá, de estar longe da minha mãe.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“Não poder estar com a minha família.” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“(...) vindo para aqui há muitas regras a cumprir, tens hora de saída, que não dá para fazer nada, hora de telefone... tipo nós, adolescentes, agora com esta idade não conseguimos ficar 1 hora e meia com o telefone, isso não é nada.” (E6, 17 anos)</i></p> <p><i>“Mas na altura na adolescência, perceber que ter de cumprir essas regras todas é muito difícil, por questões de horários, de poder sair, de poder não sair, de umas podem</i></p>
----------------------------	----------------------------------	---	---

			<i>determinadas coisas, outras não podem, então acho que o mais difícil é mesmo viver em comunidade tão grande e conseguir gerir isso.” (E4, 22 anos)</i>
Institucionalização	Impacto da institucionalização	Conhecer a percepção do impacto da institucionalização na vida das jovens;	<p><i>“Eu, por um lado, eu ok, mas por outro preferia ficar com o meu pai, porque eu só me comecei a dar com ele há um ano e meio, porque eu não falava com o meu pai. Não sinto que a institucionalização me marcou, ainda não teve impacto na minha vida.” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“Marcou, primeiro porque foi onde sempre vivi não é, quando só conheces esta realidade claro que te marca... por isso marcou em todos os aspetos.” (E1, 23 anos)</i></p> <p><i>“Na minha construção própria, acho que elas me ajudaram muito com isso. Acho que isto me fortaleceu muito, porque achava que estava num fundo do poço e agora valorizam-me e isso tudo... tenho outra auto-estima.” (E2, 20 anos)</i></p>

			<p><i>“De me ajudar a perceber as coisas. Na minha vida escolar, social e também na forma de eu crescer e ter outra mentalidade.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“Marcou em tudo. Acho que ao todo 15 anos depois, tinha 7 anos era uma criança, mudou tudo, educou-me mesmo, quer este lar, quer o outro foi quem me educou.” (E4, 22 anos)</i></p> <p><i>“Marcou em tudo, porque eu antes de vir para aqui tinha tudo de mão beijada e agora não, mas socialmente marcou muito também.” (E6, 17 anos)</i></p>
Imagem Social	Estigma da institucionalização na sociedade	Compreender as perspectivas das jovens sobre o estigma na sociedade face à institucionalização;	<p><i>“Sim...a maioria das pessoas sentem pena, as pessoas com quem eu converso sobre isso e com quem eu desabafo sobre isso sentem pena e depois parece que me tratam de uma forma mais diferente sabe... é como se fosse vista como a coitadinha, eu digo não precisas de fazer isso, está tudo bem.” (E2, 20 anos)</i></p> <p><i>“Não, nem nunca senti. Já vi pessoas a serem colocadas de parte, mas eu não” (E1, 23 anos)</i></p> <p><i>“Não, eu normalmente não digo logo que sou de uma instituição, só quando percebem assim que há ali alguma coisa ou assim. Epá sim eu</i></p>

			<p><i>ando numa instituição só que não é muito confortável estar sempre a dizer isso às pessoas, mas também não tenho medo das pessoas saberem.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“Não. Há meninas aqui que os colegas não aceitam e eu não entendo o porquê, não é um crime estar numa instituição, não porque a pessoa fez alguma coisa de mal, simplesmente não teve uma vida correta se calhar e teve de vir para aqui, mas acho que isso não impede a pessoa de ter uma vida normal.” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“Não, porque não conto. Só a minha turma, porque a professora partilhou, fala à vontade como se a vida fosse dela e os meus amigos com quem tenho mais confiança. Não tenho vontade de partilhar isso, porque não me orgulho.” (E6, 17 anos)</i></p> <p><i>“Eu não sinto comigo, porque não é o meu cartão de visita, não é “Olá eu sou a E4 e vivo num lar”, prefiro aproximar-me das pessoas, conhecer as pessoas e depois saberem sobre mim, não é um dado que eu pretendo dizer, mas quando digo, quando acabo por comentar com</i></p>
--	--	--	---

			<p><i>as pessoas, mesmo no curso, as pessoas ficam muito admiradas.” (E4, 22 anos)</i></p> <p><i>“Algumas ficam a ponderar sobre a situação, por exemplo, eu não tenho tanta liberdade como as pessoas têm lá fora, querem que eu vá sair com elas sei lá, à noite ou jantar fora, nem sempre posso fazer isso e elas nem sempre compreendem e depois às vezes começam a meter-me assim de parte, já nem falam comigo porque sabem à partida que não posso ir.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“As pessoas têm uma ideia muito errada, que são pessoas com problemas mentais, que são pessoas mesmo problemáticas, então, ou seja, eu acabo por contar aos poucos depois de já ter uma proximidade com as pessoas, mas sinto sempre muitas perguntas de Ai como é que é? Não és infeliz? Credo vives num lar sem pais que infeliz, e não têm problemas, eu tinha essa ideia... pronto as pessoas ficam admiradas porque têm uma ideia muito errada do que é.” (E4, 22 anos)</i></p>
			<p><i>“Eu agora candidatei-me ao mestrado, é fazer o mestrado e depois logo se vê...” (E1, 23 anos)</i></p>

<p>Autonomização</p>	<p>Projeto de vida</p>	<p>Conhecer o processo de construção do projeto de vida dos jovens mediante as suas narrativas de vida;</p>	<p><i>“Quería estudar no secundário essa área, e depois mais tarde queria ver se ia para a universidade de Fafe ou a do Minho e depois em vez de estudar de manhã, estudava à noite e trabalhava durante o dia.” (E3, 16 anos)</i></p> <p><i>“Então eu agora pretendo terminar a tese, defender, ficar educadora de infância e depois, entretanto sair do apartamento, porque vai ter de ser, uma vez que vou deixar de estudar. Encontrar trabalho na área e sair.” (E4, 22 anos)</i></p> <p><i>“Eu gostava de ser rececionista de hotel.” (E5, 15 anos)</i></p> <p><i>“Eu quando sair daqui da instituição, eu quero estar formada, e com o meu curso já feito, eu quero ir para França fazer uma formação na área do Turismo e depois quero ser rececionista de hotel.” (E6, 17 anos)</i></p>
----------------------	------------------------	---	--

Autonomização	Equipa técnica	Compreender o papel da mediação intercultural na autonomização dos jovens institucionalizados;	<p><i>“Difícil porque, imagine há medida que os problemas surgem eu venho cá, exponho o problema e elas ajudam sempre, mas lá está eu acho que é no geral ... imagine mesmo que elas digam a vida é assim, nós nunca vamos perceber né, cada experiência é uma experiência, depois de sair né. Já vi tantas meninas a sair e mesmo com ajuda é sempre diferente e corre sempre de maneiras diferentes.” (E1, 23 anos)</i></p> <p><i>“Tenho medo da transição, de ir e não ter a quem recorrer. Neste momento ter o apoio das técnicas já me é suficiente.” (E2, 20 anos)</i></p> <p><i>“Eu penso que não, penso que se este acompanhamento for bem feito é suficiente porque ajudam na transição.” (E4, 22 anos)</i></p> <p><i>“Eu acho que, ter duas cozinheiras para 36 meninas é um completo exagero, porque essas meninas mais velhas, em vez de estarem a fazer coisas que não devem, eu acho que deviam estar a ver as cozinheiras a cozinharem para depois irem para a sua vida fora daqui e estarem preparadas. Nós aqui não temos atividades que proporcionem ganhar a nossa</i></p>
---------------	----------------	--	---

			<p><i>autonomia, só temos atividades e palestras. Não há nada que eu pense, “isto é, uma mais-valia para a minha vida”, até agora é só isto aqui que está a valer, porque eu estou a expor tudo, o resto é só atividades, palestras, o quê que eu vou fazer com isso? Nada, vou ouvir e ficar calada, digo que está a ser uma seca....”</i></p> <p><i>(E6, 17 anos)</i></p> <p><i>“Eu não sei, porque eu não penso muito no meu futuro aqui, penso mesmo em viver com o meu pai e pronto. Acho que ter o meu pai era importante para esse processo.”</i> (E5, 15 anos)</p> <p><i>“Não sei, mas talvez fosse fundamental para nós aprender a cozinhar, fazer outras coisas da rotina, mas também somos muitas daí ser mais difícil chegar a todos os interesses de cada uma.”</i> (E3, 16 anos)</p>
--	--	--	--

Apêndice IV- Transição das Entrevistas Semiestruturadas

- Entrevista 1, 23 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começasses por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Tenho 23 anos, estou na faculdade a acabar a Licenciatura em marketing.”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Há 22, fui institucionalizada com 18 meses.”</i>
Sabes porque é que foste institucionalizada?	<i>“Sim.”</i>
Alguém te explicou?	<i>“Sim, as técnicas.”</i>
Tens contacto com a tua família?	<i>“Sim.”</i>
Costumas vê-los?	<i>“Não, é assim de vez em quando, contacto telefónico, de vez em quando uma visita, nunca nada com regularidade.”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Eu acho que foi uma coisa boa porque me permitiu oportunidades que eu nunca ia ter e tirou-me de uma situação de risco”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis?	<i>“Opá acaba por ser muita gente, o saber lidar com muita gente, o ter que conviver com muita gente ao mesmo tempo, é muita gente com diferentes personalidades.”</i>
E como é que tu tentas ultrapassar isso?	<i>“Lido com isso, umas vezes mais, outras menos.”</i>

O facto de conviveres com muita gente, como referiste anteriormente, permite que te sintas ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Sim, sobre as minhas decisões sim.”</i>
Que ambições tens para o futuro?	<i>“Opá eu agora candidatei-me ao mestrado, é fazer o mestrado e depois logo se vê...”</i>
Achas que a instituição contribuiu para concretizares estes teus objetivos?	<i>“Claro que sim.”</i>
Em que medida sentes isso? A nível académico ou a outros níveis?	<i>“A todos os níveis, eu até acho que aqui elas apoiam-nos a 100%.”</i>
Quais é que achas que são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua em vida, em que estás a contruir o teu futuro?	<i>“Por acaso agora é o fim do semestre, mas de resto está tudo bem... é viver um dia de cada vez.”</i>
Ao viveres um dia de cada vez, como é que achas que vai ser o teu futuro? Qual é a tua expectativa?	<i>“Eu acho que vai ser bom e estou a trabalhar, já trabalhei para isso, por isso acho que vai ser minimamente.”</i>
De que forma a institucionalização te marcou?	<i>“Marcou, primeiro porque foi onde sempre vivi não é, quando só conheces esta realidade claro que te marca... por isso marcou em todos os aspetos.”</i>
Sentes algum estigma por parte da sociedade em viveres numa instituição? Ou seja, nunca foste colocada de parte por viveres numa instituição?	<i>“Não, nem nunca senti”.</i> <i>“Não, eu pessoalmente não. Já vi a serem, mas eu não.”</i>
Anteriormente referiste que as técnicas vos apoiam a 100%, que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das mesmas?	<i>“Todas. Imagina aqui temos a sorte de ter mais que uma e de elas ajudarem em tudo, seja na escola, seja tipo na rotina pessoal...”</i>

Sentes, então que o acompanhamento acaba por ser personalizado a cada uma?	<i>“Sim, dentro dos limites.”</i>
As técnicas acabam por ter um papel fundamental para a tua (re) construção do teu projeto de vida?	<i>“Claro que sim.”</i>
Quais os apoios que consideras que devem existir, além desse acompanhamento, para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?	<i>“Difícil porque, imagina há medida que os problemas surgem eu venho cá, exponho o problema e elas ajudam sempre, mas lá está eu acho que é no geral imagina mesmo que elas digam a vida é assim, nós nunca vamos perceber né, cada experiência é uma experiência, depois de sair né. Já vi tantas meninas a sair e mesmo com ajuda é sempre diferente e corre sempre de maneiras diferentes. Opá é difícil estar aqui a dizer é isto, quando não sei.”</i>
Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?	<i>“Não, eu acho que nós estamos mesmo muito bem.”</i>
Sentes-te, então preparada para viver sozinha?	<i>“Sim.”</i>

- Entrevista 2, 20 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começasses por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Então eu tenho 20 anos e estou no 1º ano de TESP (...).”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Fez no mês passado 5 anos.”</i>
É a tua primeira experiência ou já tiveste noutra instituição?	<i>“Não, já tive noutras instituição.”</i>
Como foi a experiência? Positiva? Negativa?	<i>“É sempre positivo, apesar de ser assim um regime que nós não conhecemos e um sítio novo, é sempre bom.”</i>
Sabes porque é que foste institucionalizada?	<i>“Sim, negligência e isso.”</i>
Alguém explicou?	<i>“Sim.”</i>
Tens contacto com a tua família?	<i>“Não, só com a minha tia paterna.”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Sinceramente, foi a melhor coisa que me aconteceu. Se não fosse a instituição, estava perdida.”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis?	<i>“Só o ambiente de discussão e de esse mau ambiente, porque, tem regras tem, e acho que faz parte. Acho que o problema não é as regras, o problema não é as pessoas dizerem-nos que temos de fazer aquilo. O problema é mesmo as discussões entre meninas e tudo mais, isso causa mau ambiente e tem alturas que é muito perigoso.”</i>

E como é que tu tentas ultrapassar isso?	<i>“Primeiro na base de uma conversa, depois se não der recorro a ajuda das técnicas.”</i>
Sentes que ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Claro que sim.”</i>
Que ambições tens para o futuro?	<i>“Eu não penso muito nisso...”</i>
Achas que a instituição contribuiu para concretizares estes teus objetivos? Em que medida sentes isso? A nível académico ou a outros níveis?	<i>“Claro que sim.” “Em todos os aspetos. Seja aquilo que eu queira fazer fora da escola, os hobbies, a escola que isso também é muito importante e ajudou-me a ver a vida com outra perspetiva.”</i>
Quais é que achas que são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua em vida, em que estás a contruir o teu futuro?	<i>“É mesmo a universidade, porque estou a fazer uma coisa que não gosto muito, por isso...”</i>
Uma vez que é uma expectativa que tu tinhas e não está a correr como esperado, como é que achas que vai ser o teu futuro, ainda que não penses muito nisso como referiste anteriormente.	<i>“Não faço ideia, inicialmente tinha ideia de ir para enfermagem, daí ter vindo para este TESP, mas não sei.”</i>
De que forma a institucionalização te marcou?	<i>“Na minha construção própria, acho que elas me ajudaram muito com isso. Acho que isto me fortaleceu muito, porque achava que estava num fundo do poço e agora valorizam-me e isso tudo... tenho outra auto-estima.”</i>

<p>Sentes algum estigma por parte da sociedade em viveres numa instituição?</p> <p>E como é que lidas com esse estigma?</p>	<p>“Sim.”</p> <p><i>“A maioria das pessoas sentem pena, as pessoas com quem eu converso sobre isso e com quem eu desabafo sobre isso sentem pena e depois parece que me tratam de uma forma mais diferente sabes... é como se fosse vista como a coitadinha, eu digo não precisas de fazer isso, está tudo bem.”</i></p>
<p>Que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das técnicas?</p>	<p><i>“Voltei a reencontrar-me, a valorizar-me.... consegui adquirir estratégias que antes não tinha, que me permitiu ver a vida noutra perspetiva e com outra postura.”</i></p>
<p>Achas que o papel das técnicas é fundamental para a tua (re) construção do teu projeto de vida?</p>	<p><i>“Sim, claro que sim. Também se não são elas, quem mais nos ensina isso, percebes? Então acho que é muito importante, apesar de nem toda a gente pensar o mesmo, porque eu tenho noção disso, mas também depende muito das situações que nos trazem cá.”</i></p>
<p>Quais os apoios que consideras que devem existir, além desse acompanhamento, para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?</p>	<p><i>“Tenho medo da transição, de ir e não ter a quem recorrer. Neste momento ter o apoio das técnicas já me é suficiente.”</i></p>
<p>Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?</p>	<p><i>“Eu acho que não. Acho as duas técnicas suficientes.”</i></p>
<p>Sentes-te, então preparada para viver sozinha?</p>	<p>“Não.”</p>

- Entrevista 3, 16 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começasses por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Bem, tenho 16 anos, frequento o 9 ano e jogo andebol.”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Há 4 anos, vai fazer 5 anos daqui a uns meses.”</i>
Já estiveste noutra instituição?	<i>“Não, esta é a primeira.”</i>
Tens contacto com a tua família?	<i>“Com a minha mãe e com o meu irmão, regularmente.”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Eu acho que foi, pelo menos para mim, uma das melhores coisas, porque me fez crescer também e fez-me perceber que ao faltar às aulas estava a perder muita coisa e também tinha muitas capacidades que eu nunca aproveitava e isto aqui também dentro, fez-me perceber que eu podia estudar e ter o meu futuro como eu queria e bem me apetecia e escolher as minhas próprias coisas.”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis?	<i>“Foi a vinda para cá, foi a parte mais difícil, da adaptação, de estar longe da minha mãe, mas fui-me adaptando e correu bem.”</i>

Sentes que ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Sim.”</i>
Que ambições tens para o futuro?	<i>“Queria estudar no secundário essa área, e depois mais tarde queria ver se ia para a universidade de Fafe ou a do Minho e depois em vez de estudar de manhã, estudava à noite e trabalhava durante o dia.”</i>
Vejo que já tens muito bem planeado o queeres fazer. Achas que a instituição acaba por te ajudar a concretizar esses teus objetivos?	<i>“A da universidade ainda não sabem, mas pronto quando chegar a altura também irei falar com elas e também de ouvir a opinião delas e ver o que é melhor, mas no geral ajudou-me em todos os objetivos que me propus.”</i>
Como é que achas que vai ser o teu futuro?	<i>“Eu queria ver se ia trabalhar para outra cidade, não queria mesmo trabalhar cá em leiria. Queria procurar outras oportunidades.”</i>
De que forma a institucionalização te marcou?	<i>“Mesmo por essa parte de me ajudar a perceber as coisas. Na minha vida escolar, social e também na forma de eu crescer e ter outra mentalidade.”</i>
Que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das mesmas?	<i>“O compreender que também as outras pessoas, têm outros sentimentos, o ajudar e também o compreender as outras pessoas e lidar com elas.”</i>
Achas fundamental o papel das técnicas da instituição para a (re) construção do teu projeto de vida? Porquê? Em é que sentiste que te ajudaram?	<i>“Sim.”</i> <i>“Acho que elas compreenderam muito a minha parte, quando eu tinha alguma dúvida ou queria uma ideia externa, elas também deram sempre a ideia delas e também me ajudaram a decidir o que era melhor para mim.”</i>

Quais os apoios que consideras que devem existir, além desse acompanhamento, para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?	<i>“Não sei, mas talvez fosse fundamental para nós aprender a cozinhar, fazer outras coisas da rotina, mas também somos muitas daí ser mais difícil chegar a todos os interesses de cada uma.”</i>
Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?	<i>“Sim, acho que havia de haver uma variedade e não ser só aqueles dois tipos de serviço, acho que acabam por estar sobrecarregadas e o facto de sermos muitas também não ajuda, às vezes parece que se esquecem de nós porque não conseguem chegar a todas da mesma forma.”</i>

- Entrevista 4, 22 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começasses por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Tenho 22 anos, estou a terminar o mestrado em Educação Pré-Escolar, estou agora também a terminar o relatório final.”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Há 11 anos.”</i>
Já estiveste noutra instituição?	<i>“Sim, eu quando tinha 7 anos fui retirada e vivi durante 4 anos e meio, no Ensaio, depois aos 11 vim para aqui para o lar e há 2 que estou num apartamento de autonomização.”</i>
Sabes porque é que foste institucionalizada?	<i>“Sim.”</i>
Alguém te explicou ou tu foste-te apercebendo dos acontecimentos?	<i>“Eu tinha 7 anos, mas acho que foi um misto. Eu consegui perceber, mas também me explicaram.”</i>

Tens contacto com a tua família?	<i>“Com a minha família sim, com os meus pais não. Mas com os meus irmãos, os meus tios, os meus primos, sim.”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Eu quando vivi no Ensaio 4 anos e meio, era um meio muto mais pequeno, tinha 14 crianças e de repente venho para o lar e são 40 adolescentes jovens, mas acho que sim, na altura foi muito difícil a adaptação porque foi uma mudança muito grande, mas foi das melhores coisas que me podia ter acontecido, porque senão não tinha o curso que tenho, nem era a pessoa que sou de certeza absoluta.”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis? Quando és confrontada com esses momentos, como é que os tentas ultrapassar?	<i>“Há muitas regras, nós depois quando amadurecemos, percebemos que ainda bem que há regras se não era muito complicado. Mas na altura na adolescência, perceber que ter de cumprir essas regras todas é muito difícil, por questões de horários, de poder sair, de poder não sair, de umas podem determinadas coisas, outras não podem, então acho que o mais difícil é mesmo viver em comunidade tão grande e conseguir gerir isso.”</i> <i>“Nós temos as educadoras do lar, são muito boas e conversavam sempre connosco e umas com as outras. Nós acabamos por nos aproximar muito uma das outras e por nos apoiar.”</i>
Sentes que ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Sim.”</i>
Que ambições tens para o futuro?	<i>“Então eu agora pretendo terminar a tese, defender, ficar educadora de infância e depois, entretanto sair do apartamento, porque vai ter de ser, uma vez que vou deixar de estudar. Encontrar trabalho na área e sair.”</i>

<p>Achas que a instituição acaba por te ajudar a concretizar esses teus objetivos?</p>	<p><i>“Claro que sim, eles ajudam em tudo do que eu tenho visto de outras meninas que têm saído. A diretora técnica, no que ela pode, ela ajuda em tudo.”</i></p>
<p>A adaptação ao apartamento de autonomização foi fácil?</p>	<p><i>“Foi incrível, estamos numa idade em que.... eu tinha 20 e então já... foi o covid, nós eramos as mais velhas, não podíamos sair daqui, foi muito duro. Já estávamos a precisar, são muitas meninas, muita confusão, muita agitação. Nós precisamos do nosso espaço, de fazer as nossas coisas, coisas tão simples como cozinhar, de gerir o nosso tempo, não ter horários para tudo, foi muito bom mesmo.”</i></p>
<p>Quais é que achas que são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua em vida, em que estás a contruir o teu futuro?</p>	<p><i>“Agora a dificuldade é perceber o ponto em que o país está, está tudo super caro e assusta um bocadinho pensar que, apesar de estarmos sempre acompanhadas, mesmo pela nossa família, quando houver o corte, nós vamos ser um bocadinho sou eu por mim. Não encontrar trabalho na área, a expectativa será que vou encontrar, será que não, isto está tudo tão caro. Viver sozinha se calhar não consigo, se calhar tenho de ir para um quarto, é mais essas questões.”</i></p>
<p>Como é que achas que vai ser o teu futuro?</p>	<p><i>“Eu gostava de ficar em Leiria, gostava de ficar por cá, mas lá está na minha área posso ser chamada para qualquer cidade para trabalhar.”</i></p>
<p>De que forma a institucionalização te marcou?</p>	<p><i>“Marcou em tudo. Acho que ao todo 15 anos depois, tinha 7 anos era uma criança, mudou tudo, educou-me mesmo, quer este lar, quer o outro foi quem me educou.”</i></p>
<p>Sentes algum estigma por parte da sociedade?</p>	<p><i>“Eu não sinto comigo, porque não é o meu cartão de visita, não é “Olá eu sou a E4 e vivo num lar”, prefiro aproximar-me das pessoas, conhecer</i></p>

	<p><i>as pessoas e depois saberem sobre mim, não é um dado que eu pretendo dizer, mas quando digo, quando acabo por comentar com as pessoas, mesmo no curso, as pessoas ficam muito admiradas. As pessoas têm uma ideia muito errada, que são pessoas com problemas mentais, que são pessoas mesmo problemáticas, então, ou seja, eu acabo por contar aos poucos depois de já ter uma proximidade com as pessoas, mas sinto sempre muitas perguntas de “Ai como é que é? Não és infeliz? Credo vives num lar sem pais que infeliz, e não têm problemas, eu tinha essa ideia” pronto as pessoas ficam admiradas porque têm uma ideia muito errada do que é.”</i></p>
<p>Que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das mesmas?</p>	<p><i>“Então, as técnicas, a psicóloga houve uma altura que nos deu tipo umas aulas, não é bem umas aulas, de gerir a vida, de coisas sobre o banco, sobre esses aspetos mais práticos. Isso foi importante na altura e sabemos que se precisarmos ela nos ajuda e a assistente social sempre foi um bocadinho mais do lado pessoal do nosso processo, de ir a tribunal, de falar sobre essa parte mais familiar, sempre foi muito com ela.”</i></p>
<p>Achas fundamental o papel das técnicas da instituição para a (re) construção do teu projeto de vida?</p> <p>Porquê? Em é que sentiste que te ajudaram?</p>	<p><i>“Sim, principalmente a diretora”</i></p> <p><i>“Em tudo. Claro que as questões mais práticas, parte um bocadinho mais das outras funcionárias não é. Nós também tínhamos acompanhamento psicológico fora, ainda não era esta psicóloga.... e as técnicas sempre conversaram connosco.”</i></p>
<p>Quais os apoios que consideras que devem existir, além desse acompanhamento, para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?</p>	<p><i>“Eu penso que não, penso que se este acompanhamento for bem feito é suficiente porque ajudam na transição.”</i></p>

Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?	<i>“Eu sinceramente sinto que não, lá está, nós temos uma proximidade com estas duas pessoas tão grande que se calhar, vir uma pessoa estranha de fora, de repente, o processo de autonomização ia ser estranho. Acho que se entrassem no início do processo seria totalmente diferente do que entrarem a meio, mas lá está temos uma proximidade com ambas as técnicas, já vivemos aqui há muitos anos, é diferente.”</i>
Sentes-te preparada para viver sozinha?	<i>“Sinto, claro que sempre com aquele receio de ter trabalho de não ter, mas sim. Acho que se fosse diretamente do lar para viver sozinha, não iria ser muito difícil para mim, mas como tivemos a sorte de ter o apartamento de autonomia, sinto-me preparada.”</i>

- Entrevista 5, 15 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começasses por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Tenho 15 anos, sou das Caldas da Rainha e estou no 8º ano.”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Desde outubro do ano passado.”</i>
Já estiveste noutra instituição?	<i>“Não.”</i>
Sabes porque é que foste institucionalizada?	<i>“Sim, mais ou menos, mas sim”</i>
Alguém te explicou ou tu foste-te apercebendo dos acontecimentos?	<i>“Fui-me apercebendo, mas também me explicaram.”</i>

Tens contacto com a tua família?	<i>“Com o pai sim, ele vem cá aos fins de semana ou eu vou lá de fim de semana também”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Não sei, por um lado foi bom, mas por outro preferia ter ficado lá com o meu pai.”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis? Como é que tentas ultrapassar isso?	<i>“Não poder estar com a minha família.”</i> <i>“Simplesmente aceito porque não há alternativa.”</i>
Sentes que ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Sim.”</i>
Que ambições tens para o futuro?	<i>“Eu gostava de ser rececionista de hotel.”</i>
Achas que a instituição acaba por te ajudar a concretizar esses teus objetivos?	<i>“Eu nunca falei nisto, então não sei. Falo mais sobre os meus sentimentos, do que destas coisas. “</i>
Quais é que achas que são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua em vida, em que estás a contruir o teu futuro?	<i>“A escola, porque, eu estive ausente da escola durante um ano e está a ser um bocado difícil adaptar-me, mas estou a dar o meu melhor.”</i>
Como é que achas que vai ser o teu futuro?	<i>“Bem lá para a frente, eu quero ir para a França, eu não quero ficar em Portugal e espero que a trabalhar como rececionista.”</i>
De que forma a institucionalização te marcou?	<i>“Eu, por um lado, eu ok, mas por outro preferia ficar com o meu pai, porque eu só me comecei a dar com ele há um ano e meio, porque eu não</i>

	<i>falava com o meu pai. Não sinto que a institucionalização me marcou, ainda não teve impacto na minha vida.”</i>
Sentes algum estigma por parte da sociedade?	<i>“Não. Há meninas aqui que os colegas não aceitam e eu não entendo o porquê, não é um crime estar numa instituição, não porque a pessoa fez alguma coisa de mal, simplesmente não teve uma vida correta se calhar e teve de vir para aqui, mas acho que isso não impede a pessoa de ter uma vida normal.”</i>
Que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das mesmas?	<i>“Eu vejo a vida de outra maneira, hoje em dia tipo penso no que vou fazer no futuro, quem é que eu quero que esteja ao meu lado, pronto é isso...”</i>
Achas fundamental o papel das técnicas da instituição para a (re) construção do teu projeto de vida? Porquê? Em é que sentiste que te ajudaram?	<i>“Sim, porque se não fossem elas a gerirem isto, isto era um caos. Então claro que sim.”</i> <i>“Ter ido para a escola, começar a definir objetivos para a minha vida... é por aí.”</i>
Quais os apoios que consideras que devem existir, além desse acompanhamento, para que o processo de autonomização seja bem-sucedido?	<i>“Eu não sei, porque eu não penso muito no meu futuro aqui, penso mesmo em viver com o meu pai e pronto. Acho que ter o meu pai era importante para esse processo.”</i>
Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?	<i>“Sim, acho que era importante, para que as duas técnicas também não tivessem sobrecarregadas com tantas meninas.”</i>

- Entrevista 6, 17 anos

Questões	Respostas
Gostaria que começassem por falar um bocadinho sobre ti (...) Que idade tens? Que ano escolar frequentas?	<i>“Tenho 17 anos, neste momento estou no décimo ano em Turismo.”</i>
Há quanto tempo é que vives cá nesta instituição?	<i>“Desde agosto (7 meses), vai fazer 8 meses no dia 11.”</i>
Já estiveste noutra instituição?	<i>“Esta aqui é a minha primeira e arrependo-me.”</i>
Sabes porque é que foste institucionalizada?	<i>“Sim, porque fui eu que escolhi vir para aqui.”</i>
Tens contacto com a tua família?	<i>“Tenho. Costumo vê-los de 15 em 15 dias, nos fins de semana e nas férias da Páscoa vou vê-los.”</i>
Qual é a tua opinião sobre a tua vinda para cá?	<i>“Estou com grande arrependimento, uma pessoa quando vem para aqui, pensa que tipo, as coisas aqui são incríveis, mas não são, são péssimas, a falar a sério. Depois há a convivência com as pessoas que não é fácil, porque há aqui pessoas com doenças mentais. Não há capacidade de lidar com elas, e vindo para aqui há muitas regras a cumprir, tens hora de saída, que não dá para fazer nada, hora de telefone... tipo nós, adolescentes, agora com esta idade não conseguimos ficar 1 hora e meia com o telefone, isso não é nada.”</i>
Quais são para ti os momentos mais difíceis?	<i>“Momentos mais difíceis? As pessoas.”</i>

Como é que tentas ultrapassar isso?	<i>“Ignoro, ignoro mesmo.”</i>
Sentes que ouvida, isto é, a tua opinião é respeitada? És envolvida na tomada de decisões?	<i>“Eu não sinto nada disso, porque eu não falo com ninguém aqui dentro, tipo, eu aqui dentro falo com uma pessoa, partilho as minhas emoções, o resto eu não quero saber. Porque se eu partilhar, daqui a 5 minutos, toda a gente já sabe. Não tenho confiança com ninguém.”</i>
Quais é que achas que são as principais dificuldades que sentes nesta altura da tua em vida, em que estás a contruir o teu futuro?	<i>“A confiança com o outro. Antes de vir para aqui, eu dava confiança a toda a gente, não conhecia a pessoa, mas facilmente ganhava a confiança, mas acho que era dos meus maiores erros. Agora que vim para aqui é outro dos meus maiores erros não dar assim tanta confiança às pessoas.”</i>
Como é que achas que vai ser o teu futuro?	<i>“Eu espero que corra bem, agora saber como vai ser, isso não sei.”</i>
De que forma a institucionalização te marcou?	<i>“Marcou em tudo, porque eu antes de vir para aqui tinha tudo de mão beijada e agora não, mas socialmente marcou muito também.”</i>
Sentes algum estigma por parte da sociedade?	<i>“Não, porque não conto. Só a minha turma, porque a professora partilhou, fala à vontade como se a vida fosse dela e os meus amigos com quem tenho mais confiança. Não tenho vontade de partilhar isso, porque não me orgulho.”</i>
Que ferramentas achas que adquiriste na instituição com o acompanhamento das mesmas?	<i>“Não tenho abertura para falar com as técnicas, porque é assim, elas são bué fofoqueiras, algumas estão só à procura de briga, elas são dão confiança às que estão aqui há muito tempo e eu não me sinto bem para falar das minhas coisas, sendo que, daqui a pouco, elas vão contar às</i>

	<i>mais velhas e depois eu não gosto que fiquem a saber da minha vida, então eu prefiro fazer a minha vida em segredo para que ninguém saiba.”</i>
Achas fundamental o papel das técnicas da instituição para a (re) construção do teu projeto de vida?	<i>“Neste momento, não é.”</i>
Consideras que neste processo deveria existir a intervenção de alguém ou de outro serviço que facilitasse a autonomização e que permitisse resolver eventuais dificuldades?	<i>“Não sei, só temos atividades e palestras. Não há nada que eu pense, “isto é, uma mais-valia para a minha vida”, até agora é só isto aqui que está a valer, porque eu estou a expor tudo, o resto é só atividades, palestras, o quê que eu vou fazer com isso? Nada, vou ouvir e ficar calada, digo que está a ser uma seca....”</i>